



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO

ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO FAZENDA ÁGUA LIMPA



PERÍODO DA AÇÃO: 4 a 11/08/2011
LOCAL: Santa Maria das Barreiras/PA
LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA: S 08° 42' 38" e W 50° 41' 37"
ATIVIDADE: CRIAÇÃO DE GADO PARA CORTE E RECRIA

OP 89/20



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO

ÍNDICE

EQUIPE	5
DO RELATÓRIO	
A. IDENTIFICAÇÃO DO EMPREGADOR	5
B. DADOS GERAIS DA OPERAÇÃO	6
C. RELAÇÃO DE AUTOS DE INFRAÇÃO LAVRADOS	6
D. LOCALIZAÇÃO DA PROPRIEDADE	9
E. DO GRUPO ECONÔMICO E DA ATIVIDADE EXPLORADA	9
F. DAS CONDIÇÕES ENCONTRADAS	13
G. DAS IRREGULARIDADES DA ÁREA DE LEGISLAÇÃO DO TRABALHO	28
G.1 Falta de registro dos empregados; falta de anotação de CTPS em 48 horas; e admissão de trabalhadores sem CTPS.	
G.2 Manutenção dos empregados em condições contrárias às disposições de proteção ao trabalho	
G.3 Atraso no pagamento dos salários e falta da formalização do recibo de pagamento.	
G.4 Deixar de comunicar ao Ministério do Trabalho e Emprego, até o dia 7 (sete) do mês subsequente ou no prazo definido em regulamento, o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED).	
G.5 Deixar de depositar mensalmente o percentual referente ao FGTS.	
H. DAS IRREGULARIDADES LIGADAS A SAÚDE, SEGURANÇA E MEIO AMBIENTE DO TRABALHO	33
H.1 Deixar de realizar avaliações dos riscos para a segurança e saúde dos trabalhadores e deixar de garantir que todas as atividades, lugares de trabalho, máquinas, equipamentos, ferramentas e processos produtivos sejam seguros e em conformidade com as normas de segurança e saúde.	
H.2 Deixar de fornecer aos trabalhadores, gratuitamente, equipamentos de proteção individual.	
H.3 Deixar de equipar o estabelecimento rural com material necessário à prestação de primeiros socorros.	
H.4 Deixar de submeter trabalhador a exame médico admissional, antes que assuma suas atividades.	
H.5 Deixar de disponibilizar, nos locais de trabalho, água potável e fresca em quantidade suficiente.	



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO

H.6 Manter áreas de vivência que não possuam condições adequadas de conservação, asseio e higiene.

H.7 Manter áreas de vivência que não possuam piso cimentado, de madeira ou de material equivalente.

H.8 Disponibilizar camas no alojamento em desacordo com o disposto na NR-31.

H.9 Deixar de disponibilizar instalações sanitárias aos trabalhadores.

H.10 Deixar de disponibilizar lavanderia aos trabalhadores.

H.11 Manter moradia coletiva de famílias.

H.12 Disponibilizar alojamento que não tenha portas e janelas capazes de oferecer boas condições de vedação e segurança.

H.13 Deixar de dotar o alojamento de armários individuais para guarda de objetos pessoais.

H.14 Deixar de disponibilizar locais para refeição aos trabalhadores.

H.15 Deixar de disponibilizar local adequado para preparo de alimentos aos trabalhadores.

- I. DAS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PELO GEFM
J. CONCLUSÃO

45
50



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO

ANEXOS (Total de documentos: 01 a 60)

1. Dados pessoais [REDACTED]	A01
2. Procuração firmada pelo Sr. [REDACTED]	A02
3. Carta de Preposto do S [REDACTED]	A03
4. Notificação para Apresentação de Documentos (021750/08/02/11)	A04
5. Contratos de Parceria Pecuária	A05
6. Contratos e recibo de compra e venda de terra	A07
7. Registros e notas de pagamento do Sr [REDACTED]	A10
8. Termo de Acordo Extrajudicial	A17
9. Nota de compra em nome do Sr [REDACTED]	A18
10. Termo de apreensão e guarda (n. 02175012011)	A19
11. Termos de depoimento	A20
12. Ata de reunião	A25
13. Planilha de cálculos de valores devidos aos trabalhadores	A26
14. Planilha prévia de arbitramento de indenização por danos morais	A27
15. Termos de rescisão de contrato de trabalho	A28
16. Guias de seguro-desemprego de trabalhador	A32
17. Termo de notificação (n. 351555/001/2011)	A36
18. Termo Compromisso de Ajustamento de Conduta	A37
19. Autos de infração lavrados	A38

[Handwritten signature]



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO

EQUIPE

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO



AFT
AFT

CIF
CIF



Coordenadores



AFT
AFT
AFT

CIF
CIF
CIF



Motorista
Motorista
Motorista

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO



Procurador do Trabalho

POLÍCIA FEDERAL



DPF
APF
APF
EPF

MAT
MAT
MAT



A. IDENTIFICAÇÃO DO EMPREGADOR

- 1) Período da ação: 4 a 11/08/2011
- 2) Empregador: [Redação] (+ 2)
- 3) CEI: Não havia inscrição.
- 4) CPF: [Redação]
- 5) CNAE: 0151-2/01
- 6) Localização: Virar à direita no ramal (sem nome) a aproximadamente 300 metros depois do distrito de Casa de Tábua, no sentido Redenção – Santana do Araguaia da BR-158, e seguir por ele 37 KM, município de Santa Maria das Barreiras/PA. CEP: 68565-970
- 7) Endereço para Correspondência: [Redação]
CEP: [Redação]



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO

- 8) **Telefones do Empregador:** [REDACTED] – falar com [REDACTED] filho e procurador legalmente constituído do fiscalizado. [REDACTED] e [REDACTED] – falar com Dr [REDACTED], advogado do pecuarista.

B. DADOS GERAIS DA OPERAÇÃO

- 1) **Empregados alcançados: 4**
- Homem: 4 - Mulher: 0 - Adolescente menor de 16 anos: 0
- Adolescente de 16 a 18 anos: 0
- 2) **Empregados registrados sob ação fiscal: 4**
- Homem: 4 - Mulher: 0 - Adolescente menor de 16 anos: 0
- Adolescente de 16 a 18 anos: 0
- 3) **Empregados resgatados: 4**
- Homem: 4 - Mulher: 0 - Adolescente menor de 16 anos: 0
- Adolescente de 16 a 18 anos: 0
- 4) **Valor bruto da rescisão: R\$9046,60**
5) **Valor líquido recebido: R\$9046,60**
6) **Valor pago a título de indenização (TAC/MPT): R\$2100¹**
7) **Número de Autos de Infração lavrados: 23**
8) **Guias Seguro Desemprego emitidas: 4**
9) **Número de CTPS emitidas: 1**
10) **Termos de apreensão e guarda: 1**
11) **Termo de interdição: 0**
12) **Número de CAT emitidas: 0**

C. RELAÇÃO DE AUTOS DE INFRAÇÃO LAVRADOS:

	Nº do AI	Ementa	Descrição	Capitulação
✓ 1	02420319-0	000010-8	Admitir ou manter empregado sem o respectivo registro em livro, ficha ou sistema eletrônico competente.	art. 41, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho.
✓ 2	02420320-3	001396-0	Manter empregado trabalhando sob condições contrárias às disposições de proteção ao trabalho.	art. 444 da Consolidação das Leis do Trabalho.
✓ 3	02420321-1	000005-1	Deixar de anotar a CTPS do empregado, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contado do início da prestação laboral.	art. 29, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho.
✓ 4	02420322-0	000001-9	Admitir empregado que não possua CTPS.	art. 13, caput, da Consolidação das

¹ Valores correspondentes a indenização por Dano Moral Individual, decorrente de Termo de Ajustamento de Conduta firmado entre o empregador e o Ministério Público do Trabalho para os 4 trabalhadores encontrados em situação degradante.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO

				Leis do Trabalho.
✓ 5	02420323-8	001398-6	Deixar de efetuar, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido, o pagamento integral do salário mensal devido ao empregado.	art. 459, § 1º, da Consolidação das Leis do Trabalho.
✓ 6	02420324-6	001146-0	Efetuar o pagamento do salário do empregado, sem a devida formalização do recibo.	art. 464 da Consolidação das Leis do Trabalho.
✓ 7	02420325-4	001192-4	Deixar de comunicar ao Ministério do Trabalho e Emprego, até o dia 7 (sete) do mês subsequente ou no prazo definido em regulamento, o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED).	art. 1º, § 1º, da Lei nº 4.923, de 23.12.1965.
✓ 8	02420326-2	000978-4	Deixar de depositar mensalmente o percentual referente ao FGTS.	art. 23, § 1º, inciso I, da Lei nº 8.036, de 11.5.1990.
✓ 9	02420327-0	131346-0	Manter áreas de vivência que não possuam condições adequadas de conservação, asseio e higiene.	art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.23.2, alínea "a", da NR-31, com redação da Portaria nº 86/2005.
✓ 10	02420328-9	131464-5	Deixar de fornecer aos trabalhadores, gratuitamente, equipamentos de proteção individual.	art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.20.1 da NR-31, com redação da Portaria nº 86/2005.
✓ 11	02420329-7	131348-7	Manter áreas de vivência que não possuam piso cimentado, de madeira ou de material equivalente.	art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.23.2, alínea "c", da NR-31, com redação da Portaria nº 86/2005.
✓ 12	02420330-0	131373-8	Deixar de disponibilizar camas no alojamento ou disponibilizar camas em desacordo com o disposto na NR-31.	art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.23.5.1, alínea "a", da NR-31, com redação da Portaria nº 86/2005.
✓ 13	02420331-9	131037-2	Deixar de equipar o estabelecimento rural com material necessário à prestação de primeiros socorros.	art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.5.1.3.6 da NR-31, com redação da Portaria nº 86/2005.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO

✓ 14	02420332-7	131002-0	Deixar de realizar avaliações dos riscos para a segurança e saúde dos trabalhadores ou deixar de adotar medidas de prevenção e proteção, com base nos resultados das avaliações dos riscos para a segurança e saúde dos trabalhadores, ou deixar de garantir que todas as atividades, lugares de trabalho, máquinas, equipamentos, ferramentas e processos produtivos sejam seguros e em conformidade com as normas de segurança e saúde.	art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.3.3, alínea "b", da NR-31, com redação da Portaria nº 86/2005.
✓ 15	02420333-5	131023-2	Deixar de submeter trabalhador a exame médico admissional, antes que assuma suas atividades.	art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.5.1.3.1, alínea "a", da NR-31, com redação da Portaria nº 86/2005.
✓ 16	02420334-3	131475-0	Deixar de disponibilizar, nos locais de trabalho, água potável e fresca em quantidade suficiente.	art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.23.9 da NR-31, com redação da Portaria nº 86/2005.
✓ 17	02420335-1	131341-0	Deixar de disponibilizar instalações sanitárias aos trabalhadores.	art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.23.1, alínea "a", da NR-31, com redação da Portaria nº 86/2005.
✓ 18	02420336-0	131469-6	Deixar de disponibilizar lavanderia aos trabalhadores.	art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.23.1, alínea "e", da NR-31, com redação da Portaria nº 86/2005.
✓ 19	02420337-8	131398-3	Manter moradia coletiva de famílias.	art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.23.11.3 da NR-31, com redação da Portaria nº 86/2005.
✓ 20	02420338-6	131375-4	Disponibilizar alojamento que não tenha portas e janelas capazes de oferecer boas condições de vedação e segurança.	art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.23.5.1, alínea "c", da NR-31, com



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO

				redação da Portaria nº 86/2005.
21 ✓	02420339-4	131374-6	Deixar de dotar o alojamento de armários individuais para guarda de objetos pessoais.	art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.23.5.1, alínea "b", da NR-31, com redação da Portaria nº 86/2005.
22 ✓	02420340-8	131342-8	Deixar de disponibilizar locais para refeição aos trabalhadores.	art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.23.1, alínea "b", da NR-31, com redação da Portaria nº 86/2005.
23 ✓	02420341-6	131344-4	Deixar de disponibilizar local adequado para preparo de alimentos aos trabalhadores.	art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.23.1, alínea "d", da NR-31, com redação da Portaria nº 86/2005.

D. LOCALIZAÇÃO DA PROPRIEDADE

Ao sair do município de Redenção pela BR-158, no sentido de Santana do Araguaia, seguir por 118 km, virando em um ramal (sem nome) à direita da rodovia. Referido ramal fica a aproximadamente 300 metros depois da área urbana do distrito de Casa de Tábua, havendo, na altura da entrada do ramal, um posto abandonado do lado esquerdo como ponto de referência.

Já no ramal, seguir 22,7 km e virar à esquerda; após 29,7 km, contados da entrada do ramal, virar à direita; passados 31 km, chega-se a uma ponte com uma porteira; e depois de 37 km alcança-se a sede da fazenda Água Limpa, localizada no município de Santa Maria das Barreiras/PA. Coordenadas geográficas da sede: S 08 ° 42' 38" e W 50 ° 41' 37".

E. DO GRUPO ECONÔMICO E DA ATIVIDADE EXPLORADA

A fazenda Água Limpa é estabelecimento rural com área de aproximada 70 alqueires.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO

Conforme declarações prestadas ao Grupo Móvel pelo Sr. [REDACTED], CPF [REDACTED], residente na [REDACTED] (conforme termo anexo), possuidor da terra desde 1993, mas sem o correspondente título de propriedade, que teria comprado o terreno do Sr. [REDACTED] (contrato de compra e venda anexo), que igualmente apenas detinha a posse do imóvel, sem qualquer registro de propriedade em cartório.

O trabalho de auditoria realizado durante a inspeção revelou que a fazenda Água Limpa era explorada economicamente de modo conjunto tanto pelo Sr. [REDACTED] quanto pelo Srs. [REDACTED] já qualificado no item A deste relatório ("Identificação do Empregador"), e [REDACTED] CPF [REDACTED] residente na [REDACTED] CEP [REDACTED] onde precipuamente é desenvolvida a atividade de criação de gado para corte e recria.

Foi constatado que cada um dos três pecuaristas possui cabeças de gado de sua propriedade no estabelecimento, e que os quatro empregados encontrados na fazenda prestavam serviços indistintamente em benefício da criação e manejo dos animais de todos os tomadores, estando suas relações de emprego na mais completa informalidade.

Os empregados pernoitavam nas suas dependências em duas áreas distintas: i) sede da fazenda - em um quarto dormia o vaqueiro [REDACTED] com sua esposa [REDACTED] e duas filhas, e no outro, em que costuma ficar o Sr. [REDACTED] dormia provisoriamente o vaqueiro [REDACTED] também com sua esposa e uma filha, pois em breve passaria a substituir o Sr. [REDACTED] uma vez que este último estava insatisfeito com as condições de trabalho; ii) alojamento em construção a aproximadamente 400 metros da sede - ali pernoitavam os trabalhadores rurais em serviços gerais [REDACTED] e [REDACTED]

O Sr. [REDACTED] atualmente detém 150 cabeças de gado na fazenda, o Sr. [REDACTED] 387 cabeças (identificadas pela marca DG), e o Sr. [REDACTED] 560 cabeças (identificadas pela marca DK).

Apurou-se ao longo da fiscalização que o Sr. [REDACTED] administrando pessoalmente a fazenda, por ser possuidor da terra, mantinha uma relação de nítida coordenação das atividades empresariais tanto com o Sr. [REDACTED] quanto com o Sr. [REDACTED] com os quais colaborava intensamente.

O Sr. [REDACTED] apresentou à fiscalização dois contratos denominados de "Parceria Pecuária" (anexos ao relatório), datados respectivamente de 14 de fevereiro de 2011 e 14 de março de 2011, nos quais este senhor é designado de "sócio tratador", e o Sr. [REDACTED] de "sócio proprietário". Tanto o Sr. [REDACTED] quanto o Sr. [REDACTED] filho e preposto legalmente constituído pelo Sr. [REDACTED] por instrumento de mandato (procuração anexa), confirmaram a existência e veracidade



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO

do conteúdo dos contratos citados, bem como prestaram diversos esclarecimentos a respeito da execução dos negócios firmados.

Pelos termos do primeiro contrato, iniciado no mês de fevereiro e com duração de 2 anos, o Sr. [REDACTED] entregou ao Sr. [REDACTED] 320 vacas com a marca "DK" para cria e recria nas pastagens da fazenda Água Limpa. O Sr. [REDACTED] por sua vez, comprometeu-se a entregar ao Sr. [REDACTED] a cada 12 meses, a título de lucro apurado, o total de 106 bezerros machos nascidos das vacas, ficando, entretanto, com os eventuais machos excedentes paridos e com as fêmeas.

Pelos termos do segundo contrato, iniciado no mês de março, o Sr. [REDACTED] entregou ao Sr. [REDACTED] 240 garrotes, cada um com peso estimado em oito arrobas e meia. A vigência do negócio foi estabelecida até o final do abate de todos os garrotes. O lucro obtido com a comercialização dos animais deveria ser distribuído na razão de 50% entre os contratantes, sendo que nenhuma cabeça havia sido vendida ainda.

A parceria pecuária é o contrato agrário pelo qual uma pessoa (parceiro outorgante), no caso o Sr. [REDACTED] cede a outra (parceiro outorgado), neste caso o Sr. [REDACTED] o uso específico de suas terras, na totalidade ou em parte, para que nele exerça atividade de exploração pecuária. Este tipo de contrato dá origem a uma verdadeira sociedade *sui generis*, com objetivo comum de exploração econômica da atividade pecuária entre as partes. Nessa linha o magistério de Alice Monteiro de Barros (Curso de Direito do Trabalho, 6ª edição, Ed. LTr, fl. 514): "A parceria, à luz do novo Código Civil, passou, ao que nos parece, a ter estrutura associativa. Não há mais um capítulo dedicado a ela". Também o próprio Estatuto da Terra (Lei 4504/64) determina, em seu art. 96, VII, que as disposições a respeito do contrato de sociedade aplicam-se, no que couber, ao contrato de parceria.

A comunhão de esforços entre os dois pecuaristas é patente, já que ambas as partes partilham conjuntamente dos lucros, ou resultados, da criação dos bovinos, bem como os riscos de eventual malogro dos frutos esperados. No caso concreto, há até mesmo, no contrato que estabelece a parceria em torno da criação dos garrotes, cláusula expressa (cláusula sexta), que dispõe a respeito da proporção da partilha de prejuízos entre os parceiros, segundo a qual "No caso de perda, por acidente, extravio ou morte, até a quantia de 2% (dois por cento) ao ano, será suportado entre os parceiros, acima desta porcentagem, cada animal perdido ficará a cargo do sócio tratador (...)".

E a colaboração na exploração do empreendimento entre as partes, na prática, vai muito além dos termos do contrato, conforme revelaram as entrevistas com os Srs. [REDACTED] este filho do Sr. [REDACTED] (termos de depoimento anexos).

Os dois confirmaram que o Sr. [REDACTED] seria o responsável pela compra de sal, remédio e demais produtos necessários para a manutenção do gado e do pasto, bem como pela administração da mão-de-obra da fazenda.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO

Ocorre que, novamente segundo ambos, o Sr. [REDACTED] já comprou medicamentos para o gado, bem como emprestou dinheiro ao Sr. [REDACTED] para realizar o pagamento de trabalhadores da fazenda Água Limpa, ante a falta de dinheiro do último para fazer frente a estas despesas. Tais débitos, segundo dito, seriam descontados do lucro obtido pelo Sr. [REDACTED] ao final das parcerias.

Ademais, em 4 ou 5 oportunidades desde o início dos contratos, o Sr. [REDACTED] enviou empregados de sua própria fazenda, denominada "DK" - onde são criadas aproximadamente 4000 cabeças de gado -, em auxílio do Sr. [REDACTED] para realizar atividades de vacinação, aplicação de remédios e para "olhar" o gado.

Como se não bastasse, o Sr. [REDACTED] que, no dia a dia, administra os negócios de seu pai, um senhor de idade avançada, confirmou que acompanha a vacinação do gado objeto das parcerias. Esta providência já foi tomada este ano no mês de maio, e precisa ser feita em períodos de 6 em 6 meses. Para tanto, o Sr. [REDACTED] leva consigo empregados da fazenda "DK", da qual é proprietário juntamente com o Sr. [REDACTED] que realizam os trabalhos de vacinação sob o seu acompanhamento pessoal em conjunto com os trabalhadores da fazenda Água Limpa.

É relevante destacar também que, como dito pelo Sr. [REDACTED] contratos de parceria como o firmado com o Sr. [REDACTED] atendem a interesses diretamente relacionados à organização da atividade econômica principal explorada pelo Sr. [REDACTED] a criação de gado, determinados pela limitação de tamanho das terras de sua propriedade. Mais especificamente, este tipo de contrato atende a necessidades geradas por situações em que o Sr. [REDACTED] detém capital para investir em mais cabeças de gado, mas não há mais espaço na sua fazenda DK, ou em que é preciso esvaziar os pastos de gado para realizar o seu manejo (manutenção), dando tempo para o crescimento do capim. Nos termos do depoimento prestado pelo Sr. [REDACTED] ao Grupo Especial de Fiscalização Móvel, destacamos:

"(...) Que estes contratos de parceria são firmados para o atendimento de duas necessidades do Sr. [REDACTED] determinadas pela limitação do tamanho das terras de sua propriedade; a primeira ocorre quando o Sr. [REDACTED] tem dinheiro para investir em mais cabeças de gado, mas não há mais espaço na sua fazenda; a segunda ocorre quando é necessário esvaziar os pastos de gado para realizar o seu manejo (manutenção), dando tempo para o crescimento do capim".

Também entre o Sr. [REDACTED] foi apurada a existência de nítida coordenação de esforços no desenvolvimento da atividade de criação de gado.

Conforme esclarecido pelo Sr. [REDACTED] ambos firmaram verbalmente contrato de "aluguel", pelo qual o Sr. [REDACTED] passou a utilizar o pasto da fazenda Água Limpa para a criação de cabeças de gado, atualmente em número de 387, pagando R\$8,00 por mês por animal, e responsabilizando-se pelas despesas com sal,



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO

remédio e demais produtos necessários à manutenção do gado. Ao Sr. [REDACTED] incumbia assegurar que os bovinos estivessem em um bom pasto, informando o Sr. [REDACTED] caso o capim se tornasse ruim, para que este último tomasse as providências de retirada do gado para outra área da fazenda, o que era realizado com a utilização da mão-de-obra da própria Fazenda Água Limpa.

Corroborando o depoimento do Sr. [REDACTED] foi encontrado na sede da fazenda um registro de consumo, na empresa Parasul Agropecuária, de sal comum para gado em nome do Sr. [REDACTED] (documento anexo ao relatório), cuja apreensão foi feita através de termo sob o Número 02175012011 (também em anexo).

Ao quanto dito até o presente momento deve-se somar o fato de que o Sr. [REDACTED] autoridade máxima da fazenda na ausência do Sr. [REDACTED] informou que tinha responsabilidade sobre o manejo e cuidado de todo o gado existente no estabelecimento, ou seja, sobre a integralidade dos animais de propriedade dos três pecuaristas, estando apenas as cabeças de gado em pastos separados, de modo a não misturar os rebanhos de um ou de outro (termo de depoimento anexo).

Diante da coordenação de esforços, unidade de administração para o cuidado dos diferentes rebanhos e beneficiamento da mesma mão-de-obra, motivados pela comunhão de interesses na execução da atividade de criação de bovinos no estabelecimento, não há dúvidas da existência de grupo econômico entre os empresários pecuaristas, nos moldes do Art. 3º, parágrafo 2º, da Lei 5889/73.

Ante a incidência no caso concreto de solidariedade passiva estabelecida por norma de ordem pública sobre os três componentes do grupo econômico, inafastável pela vontade privada das partes, não há que se falar em ordem de preferência legal em benefício de qualquer um deles na cobrança das obrigações oriundas da relação de emprego.

Isto posto, e face à situação de total informalidade em que foram encontrados os trabalhadores ativos na fazenda Água Limpa, foi indicado como empregador no cabeçalho dos autos de infração lavrados na ação fiscal o Sr. [REDACTED] - pecuarista com o maior número de cabeças de gado de sua propriedade no interior do estabelecimento e associado do Sr. [REDACTED] em dois contratos de parceria cuja execução ocorre na referida fazenda - diante da impossibilidade administrativa de se registrar conjuntamente os três responsáveis no referido cabeçalho, cujos nomes foram "negrejados".

F. DAS CONDIÇÕES ENCONTRADAS

No dia 4 de agosto de 2011, ao entrar na área da fazenda, o grupo localizou, logo nas proximidades, a sua casa sede.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO

A construção, em condições precárias, embora estivesse servindo de moradia, havia sido projetada para ser um armazém, como esclarecido pelo Sr. [REDACTED] posteriormente, já que ele não se encontrava no local na data da inspeção.



Visão panorâmica da casa sede



Fundos da casa sede

A edificação possuía dois quartos contíguos. No quarto do lado direito, olhando-se para a parte frontal da moradia, ficava o vaqueiro [REDACTED] e sua família, composta pela esposa e duas crianças. Já o quarto do lado esquerdo era usualmente utilizado para estadia do Sr. [REDACTED] quando este senhor permanecia na fazenda. No entanto, neste segundo quarto estava dormindo provisoriamente o vaqueiro [REDACTED] também com esposa e uma filha.



Quarto do vaqueiro [REDACTED] (lado direito)



**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO**

Tal se deu porque o Sr. [REDACTED] que havia começado a trabalhar no dia anterior à chegada da inspeção do trabalho, em breve passaria a substituir definitivamente o Sr. [REDACTED] na função de vaqueiro, pois este último relatou que estava muito insatisfeito com as condições de vida e trabalho no estabelecimento, manifestando o desejo de deixar o local.

Neste quarto ao lado esquerdo eram armazenados agrotóxicos, a exemplo da linha PADRON, vacinas e remédios para tratamento de gado, como o produto "Barrage", e um fogão a gás, gerando risco de explosão. Ao lado destes itens eram alocados, dentro de botijões plásticos reaproveitados, alimentos como arroz, feijão e milho.



Quarto ocupado pelo vaqueiro [REDACTED] (esquerdo), onde eram armazenados agrotóxicos, remédios para o gado, alimentos, instrumentos de trabalho e botijão de gás.



Exibição pelo vaqueiro [REDACTED] dos agrotóxicos armazenados no quarto em que pernoitava o vaqueiro [REDACTED] e sua família.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO



Remédios para gado no quarto de [REDACTED]



Instrumentos de trabalho no quarto de [REDACTED]

Além dos dois quartos havia um terceiro cômodo, contíguo ao utilizado pelo Sr. [REDACTED] que não dispunha de parede em um de seus lados e era utilizado como galpão, onde estavam guardados instrumentos de trabalho, recipientes de agrotóxicos, bombas costais de pulverização, sal para o gado e arroz para consumo dos trabalhadores.



Galpão nos fundos da moradia.



Detalhe do galpão, com bombas costais ao fundo.

Toda a casa sede se encontrava muito suja, com teias de aranha, e em péssimo estado de conservação. As paredes, feitas de madeira, apresentavam frestas grandes entre as tábuas, pelo que não ofereciam proteção adequada, especialmente no caso de chuvas acompanhadas de vento, que acabavam por molhar o interior da edificação. Tanto assim que em algumas paredes eram colocados panos para auxiliar na vedação.

A moradia coletiva das duas famílias, assim como a presença do Sr. [REDACTED], todos separados por uma parede apenas, implicava grave impossibilidade de preservação da privacidade e intimidade dos núcleos familiares.



**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO**

Havia fornecimento de energia elétrica no local, mas as lâmpadas não iluminavam a área de modo satisfatório. Do lado de fora havia uma varanda, com chão de terra batida, onde era improvisado o local para preparo de refeições. Ao redor, havia muitos animais (porcos, pássaros, galinhas, cães, etc) que, com uma certa frequência, invadiam as dependências da moradia.



Carne e gordura animal penduradas em arame.



Porcos dormindo ao lado da área de preparo de alimentos.

A comida era preparada na varanda onde circulavam os animais, ora em um fogão de barro a lenha ora em fogão a gás. A disposição do ambiente era caótica. Havia carne e gordura animal pendurada em uma arame ao ar livre, utensílios de cozinha espalhados sobre uma tábua que fazia as vezes de pia rústica e era utilizada para lavagem de talheres, pratos e panelas. Não havia geladeira para a conservação de alimentos. A bancada era servida por uma mangueira de água proveniente de cacimba localizada em ponto alto da propriedade, o que permitia o deslocamento da água, por gravidade.



Dois ângulos da parte externa da moradia da sede, onde circulavam, dentro e fora da área coberta da varanda, animais como galinhas e porcos



**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO**

Não havia local para tomada de refeições. Os trabalhadores comiam sentados nas redes ou camas onde dormiam, em troncos utilizados como bancos ou diretamente no chão, com o vasilhame de comida nas mãos.

A mobília da moradia, composta basicamente de tocos e bancos de madeira, era composta de uma mesa e quatro camas, que estavam sujas, empoeiradas e velhas.

Ressalte-se que na sede não havia instalações sanitárias. Para a satisfação de suas necessidades fisiológicas de exceção, os trabalhadores e suas famílias utilizavam-se do mato nas imediações, realizando, nas palavras do próprio Sr. [REDACTED], a chamada "cagada sertaneja".

Para o banho, tomado por meio de baldes, era utilizado um cercado improvisado com tábuas de madeira, apenas parcialmente fechado nas laterais e sem teto.



Avarandado que servia de banheiro.



**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO**



Local onde tomavam banho, vizinho à sede.

A água consumida pelos trabalhadores da sede era oriunda da cacimba, supra mencionada, cuja potabilidade não foi aferida pelo empregador, não se podendo asseverar sua adequação ao consumo humano, dada a falta de ensaios químicos e físicos.

A aproximadamente 400 metros da sede, situava-se o local que era disponibilizado como alojamento por dois trabalhadores no dia da inspeção, os Srs. [REDACTED] que estava fazendo atividade de roço de pasto, e [REDACTED] que realizava acero de cerca.



Visões da área externa do alojamento em construção.

A edificação, embora já utilizada pelos obreiros, estava ainda em plena construção, em condições indignas para o abrigo de seres humanos, contando com todo o tipo de sujeira encontrada em uma obra, além de materiais como telhas, tijolos e azulejos nas áreas internas e externas.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO



Esq: Materiais de construção encontrados no interior do alojamento. **Dir:** Local onde seria construído o futuro banheiro.

A casa estava sendo erigida em alvenaria, mas muitas paredes se encontravam em fase de reboco, existindo furos e tijolos expostos que permitiam a entrada de vento e sujeira.



Esq: Cômodo em que dormia o Sr. [REDACTED] trabalhador em serviços gerais. **Dir:** Detalhe do chão de terra batida.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO

Parte do chão era de piso cimentado irregular, e outra parte ainda era de terra batida. O ambiente estava infestado de pulgas e insetos, circunstância favorecida pela falta de piso adequado. Para combater a infestação de pulgas no ambiente, os empregados faziam a chamada "barragem", isto é, uma mistura de veneno com água que é borrifada no piso.

Não havia portas para vedação e proteção contra devassamento. As janelas dos cômodos da edificação estavam sem vidro, apenas com as esquadrias de metal, algumas das quais não fecham em razão da ferrugem. Enfim, eram inadequadas para evitar a entrada de sujeira e para proteção contra intempéries.

Os trabalhadores do alojamento ali dormiam em redes próprias ou montes de feno sobrepostos por uma espuma de baixa densidade, cobertos por lençóis. Não havia armários.

Os pertences pessoais ficavam dependurados, amarrados na madeira da estrutura do avarandado ou sobre lâminas de madeira apoiadas em tijolos. Os alimentos para consumo eram armazenados em recipientes reaproveitados.

Estava prevista a existência de um banheiro na casa. Até o momento da fiscalização, o espaço correspondente não passava de um cômodo sem instalações sanitárias em que estavam guardados materiais de construção, mantimentos, panelas e produtos de limpeza. Desse modo, assim como os empregados da sede, os trabalhadores do alojamento se dirigiam ao descampado para satisfazer suas necessidades fisiológicas de excreção.

Nesta última edificação, tampouco existia água encanada ou sistema de escoamento de águas pluviais. Todos os utensílios e estruturas de vivência do alojamento foram improvisados e montados a partir de troncos, tábuas e tijolos. Não havia qualquer tipo de mobília como armários, mesas e cadeiras, restando apenas redes e uma cama improvisada no nível do chão, com um arremedo de colchão em péssimas condições de conservação e sujo.



Esq: Ausência de portas no alojamento. Dir: Condições do único colchão disponível no alojamento, colocado ao nível do chão.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO

O lixo, composto de restos de comida e embalagens vazias, acumulava-se sobre o mato que circundava a varanda do alojamento em construção utilizada para preparo de refeições. Um efeito previsível da falta de depósito adequado para dispensa de lixo e de qualquer sistema para sua coleta ou processamento.

A mesma desorganização e sujeira foram verificadas no local para preparo de alimentos da moradia dos vaqueiros, conforme demonstram as duas fotos abaixo:



Local para preparo de alimentos da sede. Leite armazenado no chão da varanda da sede.

As refeições dos trabalhadores do alojamento eram preparadas ora no fogareiro de barro, alimentado à lenha, improvisado sobre um jirau construído com lâmina grossa de madeira; ora em um fogão de lenha feito de cimento e chapa de metal, situado do lado de fora do alojamento, cuja única proteção contra intempéries era uma lona plástica. Os alimentos no alojamento eram manipulados em tábua de madeira apoiada sobre troncos em forma de cavalete de madeira suja, não lixada. Assim como na casa sede, não havia local para a tomada de refeições pelos trabalhadores. O estado geral de imundície do ambiente o tornava impróprio para a permanência de pessoas.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO



Esq: trabalhadores na área improvisada para preparo de refeições nos fundos do alojamento. Dir: detalhe do fogão e utensílios de cozinha.

A água consumida pelos trabalhadores do alojamento era proveniente de um córrego próximo represado. No córrego os obreiros tomavam banho e lavavam os utensílios e as roupas, pois não havia lavanderia à disposição. A água, amarelada e turva, era consumida diretamente, sem passar por processo de purificação ou filtragem. O córrego servia também ao gado e a cavalos que ali transitavam livremente, contaminando com excretas e pisoteio a água utilizada pelos trabalhadores. A mesma água era levada pelos trabalhadores para as frentes de serviço em garrafas térmicas, e servida em um copo de uso coletivo.



Utensílios e água usados pelos trabalhadores



**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO**



Esq: cerca onde eram penduradas as roupas lavadas pelos trabalhadores alojados. Dir: no primeiro plano, o igarapé utilizado pelos trabalhadores e, ao fundo, o alojamento onde estavam instalados.



Represa do igarapé onde os trabalhadores alojados tomavam banho, lavavam roupas e consumiam água para beber.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO



Ângulo aberto de visão do igarapé. Ao fundo pode ser avistado cavalo que tinha acesso às suas águas.

Não se pode olvidar que, tendo em vista a atividade desenvolvida por esses obreiros, a céu aberto, diretamente sob o sol, em região de clima extremamente quente e sol cáustico, a reposição hídrica é essencial para a manutenção da saúde dos mesmos; e que a reposição hídrica satisfatória só pode ser obtida mediante acesso constante à água potável, fresca e em condições higiênicas, o que, em vista do exposto, não era possível.

Também não havia instalações sanitárias nas frentes de trabalho. Novamente os trabalhadores satisfaziam as necessidades fisiológicas de excreção no mato, a céu aberto, em situação de total exposição ao risco de ataques de animais, utilizando folhas da vegetação ou quaisquer folhas de papel improvisadas para intentar a higiene íntima já que não havia fornecimento de papel higiênico.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO

Mencione-se que nos locais de trabalho não havia planos de primeiros socorros ou mesmo estojo contendo medicamentos aptos a estancar ferimento, sendo que estes trabalhadores laboravam com instrumentos cortantes, tais como foices, furadeira tipo jacaré, machados e motosserras. Declarou o Sr. [REDACTED] "QUE também usa a motosserra da fazenda para consertos de cerca e que também nunca fez treinamento". A falta de um plano é grave, não só pela inexistência de um "kit de primeiros socorros" no local, mas também por falta de meio de locomoção que possibilitasse o encaminhamento imediato, ao menos, até o centro urbano mais próximo (distrito de Casa de Tábua). O obreiro [REDACTED] aduziu que era obrigado a se deslocar a pé do local de trabalho até sua residência e vice-versa quando desejava retornar à casa de sua família ou de amigos em Casa de Tábua. Para tanto, era necessário descer e subir as estradas de barro e, de acordo com seu depoimento:

"(...) quando volta de Redenção para a fazenda vem de ônibus até a cidade de Casa de Tabua, de onde vem a pé ou de carona para a sede da fazenda; QUE da Casa de Tábua até a sede da fazenda tem cerca de 40 km; QUE é cansativo o percurso" (termo de depoimento anexo).

As condições dos locais de permanência e as travessias realizadas ameaçavam a integridade física dos trabalhadores, expondo-os, entre outros riscos, ao de acidentes ocasionados por ataques de animais selvagens. O Sr. [REDACTED], em conversa informal, aduziu ter perdido seu cão em um ataque (por ele presenciado) de uma onça pintada.

Embora o trabalhador [REDACTED] e o [REDACTED] tivessem declarado a manipulação de agrotóxico de Classificação Toxicológica III – "medianamente" tóxico -, o herbicida PADRON, estes não haviam recebido Equipamentos de Proteção Individual ou qualquer informação ou capacitação sobre os riscos envolvidos nessa atividade. O Sr. [REDACTED] aduziu em depoimento: "QUE pagou a dívida e não recebeu mais nada, porque a diferença de R\$ 250,00 também era devida por adiantamentos feitos em Redenção antes de chegar na fazenda, com produtos como creme de cabelo, sabonete, Nescau para os filhos, botina de trabalho (uns R\$ 23,00), chapéu (R\$ 95,00) para uso na lida. QUE como trabalhador rural mexe com veneno. QUE não usa roupa especial e esta atividade não era combinada inicialmente. QUE nunca fez treinamento para aplicação de agrotóxico. QUE já sentiu dores de cabeça. QUE o produto é o PADRON." (termo de depoimento anexo). Os obreiros não faziam ideia dos gravames que os produtos poderiam causar a sua saúde. Como relatado, os vasilhames com os agrotóxicos e as bombas para aplicação ficavam dispostos aleatoriamente na moradia da sede.

Além de expor os trabalhadores a riscos diversos (mecânicos, físicos e químicos), e de não fornecer gratuitamente Equipamentos de Proteção Individual a nenhum deles, o grupo empregador também não disponibilizava pessoa treinada para prestar primeiros socorros em caso de acidente, malgrado a fazenda distasse mais de trinta e sete quilômetros do núcleo urbano mais próximo. Tampouco havia fornecimento gratuito de ferramentas e roupas de trabalho. Aqueles que possuíam



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO

EPI, a exemplo do Sr. [REDACTED] e seu chapéu, arcaram com o valor correspondente às próprias expensas.

Eram anotadas pela esposa do Sr. [REDACTED], para futuro desconto da remuneração, as dívidas dos trabalhadores relativas aos produtos adquiridos no Armazém Goiás, de modo afiançado, tais como açúcar, café, sabão, "Bombril", "Nescau", xampu.

Os salários não eram pagos no prazo legal, a exemplo do que aconteceu com o Sr. [REDACTED] que ficou dois meses sem nada receber, quitando antecipação salarial relativa à compra de uma televisão de tubo e de um DVD. E, quando de eventual pagamento, os empregados ativados em serviços gerais que se encontravam no alojamento só recebiam após a conclusão do trabalho, ajustado na forma de "empreitada", ou seja, por produção, o que podia ocorrer em intervalo de tempo superior a um mês.

Nenhum dos trabalhadores havia sido submetido a exames médicos antes de iniciar as atividades para as quais tinha sido contratado. Insta destacar que no local destinado ao alojamento, em constante contato, conviviam os empregados [REDACTED] sendo que o segundo apresentava sequelas de hanseníase, não se podendo precisar se estava curado ou não.



Detalhe das sequelas de hanseníase que acometiam o trabalhador [REDACTED]



**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO**

Não havia controle da jornada de trabalho. O trabalho era desenvolvido usualmente de segunda a sexta das 07:30 às 11:00 e das 13:30 às 17:00 hs, e aos sábados de 08:00 às 12:00 hs.

Finalmente, nenhum dos trabalhadores rurais encontrados em atividade tinha contrato de trabalho formalizado, sendo que Sr. [REDACTED] sequer possuía Carteira de Trabalho e Previdência Social.

As irregularidades constatadas foram objeto de autuação específica e são descritas a seguir.

G. DAS IRREGULARIDADES DA ÁREA DE LEGISLAÇÃO DO TRABALHO

As irregularidades que foram objeto de autuação, a seguir descritas, são corroboradas pelos termos de declarações que seguem anexos.

G.1 Falta de registro dos empregados; falta de anotação de CTPS em 48 horas; e admissão de trabalhadores sem CTPS.

As diligências de inspeção do Grupo Especial de Fiscalização Móvel (GEFM) revelaram que os quatro obreiros encontrados na fazenda haviam estabelecido uma relação de emprego com os tomadores de seus serviços na mais completa informalidade, inclusive sem o correspondente registro em livro, ficha ou sistema eletrônico competente, o que configura infração do empregador ao art. 41, caput, da CLT.

Todos foram contratados diretamente pelo Sr. [REDACTED] que exercia pessoalmente a administração da fazenda Água Limpa e informou não possuir livro de registro e nunca ter realizado anotação de Carteira de Trabalho de nenhum de seus empregados, pois acreditava que, para tanto, precisaria dispor necessariamente do título de propriedade da terra.

Quanto aos vaqueiros, estes tinham combinado o recebimento de salário mensal, sendo o do Sr. [REDACTED] de R\$750 e o do Sr. [REDACTED] de R\$600. Já o Sr. [REDACTED] e o Sr. [REDACTED], segundo o Sr. [REDACTED] recebiam por produção, sem garantia de pagamento mínimo. O Sr. [REDACTED] estava realizando atividade de roço de pasto, no valor de R\$150 por alqueire roçado, e o Sr. [REDACTED] laborava no acero de cercas, no valor de R\$180 por quilômetro trabalhado. Em entrevista, o Sr. [REDACTED] afirmou também receber salário calculado em diárias de R\$25,00.

O Sr. [REDACTED] definia quais as áreas a serem trabalhadas pelos roçadores, bem como a forma de gestão do gado a ser adotada pelos vaqueiros. Esclareça-se que o Sr. [REDACTED], embora tivesse chegado na fazenda recentemente, em 03.08.2011, já havia iniciado suas atividades laborais, auxiliando o Sr. [REDACTED] no



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO

trato com o gado. De outra parte, o Sr. [REDACTED], contratado pela última vez em 16.07.2011, já havia prestado serviços na Água Limpa em período anterior no ano de 2011, por 60 dias, nos meses de abril e maio (sendo certo que ao se proceder à resolução contratual, tal período descontínuo foi somado ao que estava em curso, o que provocou o lançamento em planilha de cálculo de uma data de admissão mais distante cronologicamente por ficção, com o propósito de atender à disposição legal da CLT, no Art. 453, c/c Art. 7º, *caput*, da CRFB/88).

Do quanto dito, percebe-se ser clara a presença dos elementos da relação de emprego quanto aos trabalhadores indicados. Há intuito oneroso na prestação de serviços, realizada mediante promessa de pagamento por parte do tomador de serviços. Os obreiros exerciam suas atividades pessoalmente, sem qualquer tipo de substituição, muito menos habitual, por outrem. Ainda, estavam inseridos, no desempenho de suas funções - mais especificamente em atividades de vaqueiro, de acero de cerca e de roço de juquirá para manutenção de pasto -, no ciclo organizacional ordinário e rotineiro do estabelecimento, atuando de modo contínuo e regular ao longo do tempo. Por fim, o tipo de trabalho, o lugar e a maneira como deveria ser realizado por cada um dos trabalhadores, era determinado de acordo com as necessidades específicas dos tomadores de serviços, representados na figura do Sr. [REDACTED] inclusive por meio de ordens diretas, o que caracteriza de forma bem delimitada a subordinação jurídica. Em suma, no plano fático, constatou-se, quanto aos obreiros em tela, a presença dos elementos de pessoalidade, onerosidade, não eventualidade e subordinação, suficientes para caracterizar o vínculo empregatício destes.

Como se não bastasse, os trabalhadores estavam realizando atividades de vaqueiro, de acero de cerca e de roçador de juquirá, sem as quais se torna inviável a criação de gado na modalidade de pecuária extensiva, como a adotada pelos três pecuaristas da fazenda, o que caracteriza inequívoca execução de atividade-fim do empreendimento. Logo, o trabalho não seria, nem em tese, passível de terceirização, nos termos da Súmula 331, inciso III, do TST, formando-se, de toda sorte, vínculo de emprego com o tomador dos serviços. E ainda, só por amor à argumentação, mesmo que houvesse permissivo legal para a terceirização, em nenhuma hipótese, poderia a atividade ser desenvolvida de modo precarizado.

Frise-se que o grupo empregador também não anotou a Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos obreiros [REDACTED] e admitiu o Sr. [REDACTED] sem que este possuísse CTPS. Assim, nenhum dos trabalhadores teve seu contrato de trabalho devidamente anotado em Carteira de Trabalho no prazo legal de 48 horas, apesar de presentes todos os requisitos da relação de emprego.

A falta de formalização do contrato de trabalho, a despeito de estabelecida de modo cristalino a da relação de emprego, demonstra a vontade inequívoca do empregador de manter seus empregados indefinidamente na informalidade. Ora, a Carteira de Trabalho, instituída por intermédio do Decreto nº



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO

21.175, de 21 de março de 1932 e, após, substituída pela Carteira de Trabalho e Previdência Social, instituída pelo Decreto-Lei n 926, de 10 de outubro de 1969, é documento essencial ao trabalhador, requisito formal para o exercício profissional e imprescindível para a admissão ao emprego, com raras exceções.

É nela que são anotados os acontecimentos da vida laboral do trabalhador, e por intermédio dela é que o trabalhador garante acesso a seus principais direitos trabalhistas e previdenciários. Significa dizer, pois, que a sua não exigência pelo empregador ao contratar e, por consequência, a falta das anotações referentes ao contrato de trabalho, tolhe garantias legais do trabalhador, na medida em que impede ou, no mínimo, dificulta o acesso a direitos que lhe assistem, especialmente a benefícios previdenciários e a programas governamentais de incentivo ao trabalhador e ao cidadão de baixa renda. Ademais, a Carteira de Trabalho é, hoje, por suas anotações, um dos únicos documentos a reproduzir com acurácia a vida funcional do trabalhador, constituindo-se em um verdadeiro histórico profissional. Diz-se, inclusive, que a importância da CTPS para quem tem pouca escolaridade é comparável a do currículo para quem é diplomado, de modo que o trabalhador que não possui tal documento fica despojado de meios formais que demonstrem sua experiência, dificultando seu acesso ao mercado de trabalho.

Note-se, também, que a CTPS reveste-se não apenas do *status* de identificação profissional do trabalhador, mas também de documento de identificação do cidadão, válido em todo o território nacional, sendo, não raro, o único documento do trabalhador mais humilde, especialmente no meio rural.

Esclareça-se, por mera cautela, que o grupo empregador, quando consultado durante a fiscalização, jamais alegou a existência de contratação de trabalho rural por pequeno prazo, nos moldes do art. 14-A, da Lei 5889/73, ou apresentou qualquer tipo de contrato escrito disciplinando a prestação dos serviços, que se desenvolveu na mais completa informalidade. De mais a mais, não foi constatado durante a fiscalização nenhum recolhimento de FGTS por meio de guia GFIP em favor dos empregados, exigência incontornável inscrita no parágrafo 6º do mencionado art. 14-A para a existência da contratação de empregado rural por pequeno prazo.

A constatação das infrações acima descritas ensejou a lavratura dos Autos de Infração n.º 02420319-0, 02420321-1 e 02420322-0, cujas cópias seguem anexas ao relatório.

G.2 Manutenção dos empregados em condições contrárias às disposições de proteção ao trabalho

Conforme detalhado no item "DAS CONDIÇÕES ENCONTRADAS", os trabalhadores da fazenda Água Limpa estavam submetidos a condições de vida e



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO

trabalho que aviltam a dignidade humana e caracterizam situação degradante, tipificando o conceito de trabalho análogo ao de escravo, conforme previsto no Art. 2º-C da Lei 7.998/90, que determina o resgate dos trabalhadores encontrados nesta situação em decorrência de ação de fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego, como demonstrado pelo conjunto de autos de infração lavrados na ação fiscal, em conduta contrária à prevista pelo Artigo 444 da Consolidação das Leis Trabalhistas, que, em sua redação, reza que as relações contratuais de trabalho podem ser objeto de livre estipulação das partes interessadas em tudo quanto não contravenha às disposições de proteção ao trabalho.

Submeter trabalhadores a condições degradantes é conduta de flagrante desrespeito às normas de proteção ao trabalhador positivadas nos tratados e convenções internacionais, concernentes aos direitos humanos, ratificados pelo Brasil - a exemplo das Convenções da OIT n.º 29 (Decreto n.º 41.721/1957) e 105 (Decreto n.º 58.822/1966), da Convenção sobre Escravatura de 1926 (Decreto n.º 58.563/1966) e da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de San Jose da Costa Rica - Decreto n.º 678/1992) - que tem força cogente própria de leis ordinárias, não sendo possível afastar seu cumprimento na seara administrativa. Observou-se ainda a afronta à prevalência dos direitos humanos e o valor social do trabalho como fundamentos da República Federativa do Brasil, descritos nos Incisos III e IV, do Artigo primeiro, da Carta Magna. O empregador descumpre também Princípio Constitucional descrito no Artigo 4º, inciso II – Dignidade da pessoa humana, e lesa Direitos e Garantias Fundamentais descritos no Artigo 5º, Inciso III – Ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante. A necessidade de respeito ao trabalho é reforçada pela Constituição da República ao dispor, no Artigo 170, a valorização do trabalho humano como fundamento da ordem econômica, tendo esta por fim, assegurar a todos existência digna. No curso da ação fiscal ficou claramente demonstrado o desrespeito às normas de proteção ao trabalho.

Ante o exposto foi lavrado o Auto de Infração n.º 02420320-3, cuja cópia segue anexa ao relatório.

G.3 Atraso no pagamento dos salários e falta da formalização do recibo de pagamento.

Durante a ação de auditoria, o grupo empregador, na pessoa do Sr. [REDACTED] foi devidamente notificado, em 04/08/2011, para apresentar, na data de 06/08/2011, entre outros documentos, os recibos de pagamento do salário dos trabalhadores de seu estabelecimento. No entanto, tal notificação não foi atendida.

Como se vê, o grupo empregador efetuava o pagamento dos salários aos empregados sem a devida formalização de recibo de quitação das verbas salariais. Tal constatação é corroborada, ainda, pelas informações prestadas



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO

pelos próprios empregados, que disseram não receber pagamentos mediante recibo.

A ausência de recibo, formalizado nos termos do art. 464, da CLT, combinado com o art. 320, do CC, com discriminação de valor e espécie da dívida quitada, o nome do devedor, o tempo e o lugar do pagamento e a assinatura do credor, subtrai do empregado a possibilidade de saber exatamente quais os valores que está recebendo e a que título. Além disso, impede a inspeção do trabalho de averiguar a regularidade dos pagamentos, verificando, por exemplo, se houve ou não atraso na quitação salarial, circunstância que embaraça sobremaneira a fiscalização empreendida.

Como se não bastasse, o grupo empregador deixou de efetuar, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido, o pagamento integral do salário mensal devido aos empregados em atividade na fazenda.

Em entrevista com os obreiros, apuramos que o vaqueiro [REDACTED], admitido em 03/02/2011, não recebeu qualquer remuneração nos dois primeiros meses do contrato, pois contraiu dívida com o Sr. [REDACTED] no valor de R\$ 1.500,00 para a compra de uma televisão e um aparelho de DVD no feirão de Redenção, bem como para a aquisição de outros produtos, como sabonete, Nescau, chapéu e bota a serem utilizadas na lida. Este relato foi confirmado pelo próprio Sr. [REDACTED]

O não pagamento dos salários no prazo legal também ocorreu com os empregados [REDACTED] serviços gerais, admitido em 09/04/2011 e [REDACTED], serviços gerais, admitido pela última vez na fazenda em 16.07.2011, que até o dia 9 de agosto de 2011 não haviam recebido a remuneração da competência de julho de 2011.

Ante as irregularidades citadas foram lavrados os Autos de Infração n.º 02420323-8 e 02420324-6, cujas cópias seguem anexas ao relatório.

G.4 Deixar de comunicar ao Ministério do Trabalho e Emprego, até o dia 7 (sete) do mês subsequente ou no prazo definido em regulamento, o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED).

Como dito ao longo deste relatório, os quatro trabalhadores encontrados na fazenda haviam estabelecido uma relação de emprego com o grupo tomador de seus serviços na mais completa informalidade, inclusive sem a correspondente anotação de suas Carteiras de Trabalho ou registro em livro, ficha ou sistema eletrônico competente, e, por consequência, não tinham respeitados seus demais direitos trabalhistas.

Ainda assim, para assegurar o seu direito de defesa, o grupo empregador foi devidamente notificado em 04/08/2011, na pessoa do Sr. [REDACTED] para apresentar em 06/08/2011, entre outros documentos, o recibo da comunicação do



**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO**

CAGED de admissão dos empregados. No entanto, tal registro de comunicação não foi apresentado.

Ante a manutenção destes empregados em situação de completa informalidade e a não apresentação da documentação pertinente, teve-se por inexistente a comunicação do CAGED de admissão, razão pela qual foi lavrado o Auto de Infração n.º 02420325-4, cuja cópia segue anexa.

G.5 Deixar de depositar mensalmente o percentual referente ao FGTS.

O grupo empregador foi devidamente notificado em 04/08/2011, na pessoa do Sr. [REDACTED] para apresentar em 06/08/2011, entre outros documentos, os comprovantes de depósito do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço de seus empregados. No entanto, nenhum comprovante foi apresentado.

Ante a manutenção destes empregados em situação de completa informalidade e a inexistência de comprovantes de depósitos de FGTS, concluiu-se que o grupo empregador não deposita mensalmente o percentual referente ao Fundo de Garantia por Tempo de (FGTS) destes empregados, contrariando o disposto no artigo 23, § 1º, inciso I, da Lei nº 8.036, de 11.5.1990, razão pela qual foi lavrado o Auto de Infração n.º 02420326-2, conforme cópia anexa a este relatório.

H. DAS IRREGULARIDADES LIGADAS A SAÚDE, SEGURANÇA E MEIO AMBIENTE DO TRABALHO

H.1 Deixar de realizar avaliações dos riscos para a segurança e saúde dos trabalhadores e deixar de garantir que todas as atividades, lugares de trabalho, máquinas, equipamentos, ferramentas e processos produtivos sejam seguros e em conformidade com as normas de segurança e saúde.

Como já esclarecido nos itens anteriores, a fazenda Água Limpa possuía dois grupos de empregados, um responsável pela limpeza do pasto e acero de cerca, composto de 2 (dois) empregados que estavam hospedados precariamente em alojamento em construção, e outro com dois vaqueiros com suas respectivas esposas e mais três crianças que conviviam coletivamente em um depósito feito de madeira e alvenaria que foi improvisado como moradia familiar.

De acordo com inspeção *in loco*, documentos apresentados e os depoimentos tomados dos empregados e do Sr. [REDACTED] constatamos que o grupo empregador deixou de realizar avaliações dos riscos para a segurança e



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO

saúde dos trabalhadores, deixando de adotar medidas de proteção e prevenção de ocorrência ou agravamento de doenças ocupacionais e acidentes de trabalho, permitindo que as atividades, lugares de trabalho, máquinas, equipamentos, ferramentas e processos produtivos não sejam devidamente seguros nos termos das normas de segurança e saúde, contrariando, assim, o disposto no art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.3.3, alínea "b", da NR-31, com redação da Portaria nº 86/2005.

O empregador foi devidamente notificado na pessoa do proprietário da fazenda, [REDACTED] no dia 04/08/2011, através da Notificação para Apresentação de Documentos(NAD) n.021750/08/02/11, para apresentar os documentos necessários ao desenvolvimento da ação fiscal, dentre eles a Análise dos Riscos existentes no ambiente de trabalho. Na data marcada, entretanto, o fazendeiro não apresentou as avaliações requisitadas, apesar dos trabalhadores da fazenda estarem sujeitos aos mais diversos riscos.

A pecuária e suas atividades acessórias, dentre elas o roço de pasto e o acero de cerca, apresentam constantes riscos de acidente, sendo impreterível a avaliação dos riscos de natureza química, física, biológica, mecânica e ergonômica, que passamos a detalhar a seguir.

Riscos dos empregados na função de vaqueiros alojados na sede da fazenda: a) manipulação de ração animal, contato com medicamentos e produtos veterinários utilizados no tratamento de doenças parasitológicas, escoriações e feridas dos animais; b) riscos de acidentes com animais peçonhentos, principalmente cobras e aranhas muito comuns na região; c) risco de acidente com ferimentos e escoriações envolvendo queda e coice de equinos, chifrada e coice de bovinos, corte com foice ou facão; d) posturas inadequadas, principalmente diante da necessidade de permanecer sobre o lombo do cavalo ou burro durante toda a jornada de trabalho, laçar e amarrar o gado, bem como realizar trabalhos outros de natureza braçal; e) partículas de poeira suspensa, situação esta agravada pela baixa umidade relativa do ar em períodos de seca; f) exposição à água de chuva, frio e vento, principalmente no inverno e períodos chuvosos da região Norte; g) manipulação de produtos agroquímicos; h) risco de intoxicação na manipulação, aplicação, transporte e armazenagem de agrotóxico, haja vista que encontramos agrotóxicos armazenados dentro dos cômodos da sede da fazenda que teriam sido utilizados pelo Sr. Wando, conforme por ele declarado.

Riscos a que estavam expostos os empregados em serviços gerais: a) perigo do ataque de animais peçonhentos e de insetos, típicos da região amazônica; b) o risco de radiação não ionizante do sol e das chuvas nas frentes de trabalho sem ter nenhuma cobertura que os protejam dessas intempéries; c) o risco de trabalhar sem nenhum equipamento de proteção individual e sem vestimenta adequada no serviço de limpeza de pasto e com foices e inchadas, sujeitando os trabalhadores a se cortarem e a outros acidentes; d) o risco de contraírem doenças e infecções por beberem água da represa em que o gado



**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO**

também bebe água; e) o risco de fazerem suas necessidades fisiológicas no meio da mata, pois o alojamento e as frentes de serviço não dispunham de instalações sanitárias; f) o risco de contraírem infecções por não haver um local adequado para fazer as refeições, haja vista que a comida dos roçadores de pasto era preparada sobre um fogão a lenha constituído de pedras com uma chapa de ferro sob apenas um pedaço de lona preta; g) risco de infecções por falta de um local limpo para guardar a comida e os utensílios doméstico, pratos, copos e talheres ; h) o risco de se acidentarem por não disporem de um refeitório limpo, com mesas e cadeiras e serem obrigados a comer sobre tijolos, pedaços de madeira ou no chão.

Enfim, os dois grupos de empregados, não dispunham de Análise dos Riscos a que estavam exposto. O empregador não teve a preocupação de garantir as condições adequadas de segurança, higiene e conforto a todos os trabalhadores, segundo as especificidades de cada atividade, conforme previsto na alínea "a" do item 31.3.3 da Norma Regulamentadora n.31.

A infração descrita ensejou a lavratura do Auto de Infração n.º 02420332-7, cuja cópia segue anexa.

H.2 Deixar de fornecer aos trabalhadores, gratuitamente, equipamentos de proteção individual.

O grupo empregador deixou de fornecer gratuitamente aos trabalhadores por ele contratados os equipamentos de proteção individual (EPI) em conformidade com os riscos existentes nas atividades laborais de vaqueiro e de serviços gerais (no caso roço de pasto - [REDACTED] - e acero de cerca [REDACTED]), conforme disposto na Norma Regulamentadora NR-31, aprovada pela Portaria 3.214/78. Tampouco foi verificada a implantação de qualquer medida de proteção coletiva.

De acordo com a análise da natureza das atividades desempenhadas pelos quatro trabalhadores mencionados, podemos identificar riscos de natureza física (exposição a radiação não ionizante dos raios solares, chuva); biológica (ataques de animais peçonhentos - principalmente cobras, plantas venenosas, bactérias, fungos); mecânica (tocos, depressões e saliências no terreno), química (poeira), ergonômicas (postura de trabalho, esforço físico intenso, levantamento e transporte manual de peso e outras situações causadoras de estresse físico e/ou psíquico).

Tais riscos exigem o fornecimento, pelo empregador, e uso, pelos trabalhadores, de equipamentos de proteção individual, tais como: chapéu de proteção contra o sol e chuva; óculos de proteção contra radiações não ionizantes; luvas de proteção contra lesões ou doenças provocadas por materiais ou objetos escoriantes ou vegetais, abrasivos, cortantes ou perfurantes e por picadas de animais peçonhentos; botas com solado reforçado para risco de perfuração;



**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO**

perneira contra animais peçonhentos e contra lesões provocadas por materiais ou objetos cortantes, escoriantes ou esfoliantes.

Verificamos que o vaqueiro [REDACTED] detinha um chapéu adquirido às suas próprias custas e calçava botas de tipo não recomendado para a atividade, sem certificado de aprovação (CA), enquanto os roçadores utilizavam chinelo de borracha e o Sr. [REDACTED] uma bota sem CA também. Quanto ao mais, os quatro obreiros vestiam somente as próprias roupas de corpo.

Regularmente notificado em 04/08/2011 para tanto, o grupo empregador não demonstrou a compra ou fornecimento de qualquer Equipamento de Proteção Individual.

A ausência de tais equipamentos enseja, em razão da exposição dos trabalhadores aos riscos acima mencionados, maior possibilidade de ocorrência de acidentes e de danos à saúde e até mesmo à vida dos trabalhadores.

A inobservância da obrigação pelo empregador fiscalizado ensejou a lavratura do Auto de Infração n.º 02420328-9, conforme cópia anexada.

H.3 Deixar de equipar o estabelecimento rural com material necessário à prestação de primeiros socorros.

Em nenhum local da fazenda havia o material necessário à prestação de primeiros socorros nem pessoa treinada para realizar para tal fim, apesar da atividade desenvolvida pelo empregador conter diversos riscos que expunham seus empregados a acidentes de trabalho. A pecuária e suas atividades acessórias, dentre elas o roço de pasto, o acero de cerca e a aplicação e a armazenagem de agrotóxicos, apresentam constantes riscos de acidente, sendo necessário o material destinado a prestar os primeiros socorros em caso de infortúnio laboral.

Os diversos riscos das atividades dos vaqueiros e trabalhadores em serviços gerais já foram devidamente detalhados no item "H.1", ao qual nos reportamos.

O empregador não teve a preocupação manter um ambiente do trabalho seguro e saudável, conforme previsto na alínea "a" do item 31.3.5 da Norma Regulamentadora n.31.

A irregularidade acima descrita deu origem ao Auto de Infração n.º 02420331-9, anexado em cópia a este relatório.

H.4 Deixar de submeter trabalhador a exame médico admissional, antes que assumia suas atividades.

Verificamos, por meio de inspeção na fazenda, de entrevista com os trabalhadores e com o Sr. [REDACTED] bem como do exame da documentação



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO

apresentada, que os empregados não haviam sido submetidos a exames médicos admissionais antes do início das suas atividades laborais.

Apesar de regularmente notificado na pessoa do Sr. Éstrio em 04/08/2011, através da Notificação para Apresentação de Documentos (NAD) número 021750/08/02/11, para apresentar os Atestados de Saúde Ocupacionais Admissionais na data de 06/08/2011, na data marcada o empregador não apresentou os referidos documentos. A bem da verdade, o Sr. [REDACTED] confessou (conforme termo de depoimento anexo) que nunca submeteu nenhum dos empregados que trabalhavam em sua fazenda a exames médicos.

Embora estivessem expostos a riscos diversos, físicos, químicos, ergonômicos, biológicos e de acidentes, inerentes às atividades laborais desenvolvidas, os trabalhadores declararam à equipe de fiscalização que não haviam sido submetidos a qualquer tipo de exame médico para verificação de sua saúde e aptidão para o trabalho.

No desempenho de suas atribuições, os empregados nas atividades de roço e confecção de cercas estavam submetidos a riscos de acidentes com ferramentas, enquanto aqueles que exerciam a atividade de vaquejamento eram submetidos a risco de quedas e acidentes com animais e ficavam expostos a agentes transmissores de zoonoses. Má postura, esforço muscular excessivo, risco de ataques por animais peçonhentos, exposição à radiação solar ionizante e à poeira são riscos ocupacionais específicos a que os empregados responsáveis por ambas as atividades mencionadas estavam submetidos. Tais riscos podem gerar danos à saúde dos trabalhadores, dentre os quais citamos: lesões traumáticas causadas por acidentes com animais e com ferramentas - tanto dérmicas quanto ósteo-musculares -, queimaduras e desidratação, contaminação por agentes patológicos.

Ao deixar de realizar os exames médicos admissionais o empregador desprezou os possíveis danos que o processo produtivo de sua fazenda pudesse causar à saúde dos trabalhadores que contratou e ignorou a possibilidade de agravamento de problemas de saúde que os trabalhadores pudessem já possuir.

A irregularidade acima descrita deu origem ao Auto de Infração n.º 02420333-5, anexado em cópia.

H.5 Deixar de disponibilizar, nos locais de trabalho, água potável e fresca em quantidade suficiente.

Verificamos, durante inspeções realizadas nos locais de permanência de empregados, bem como através de entrevistas com os trabalhadores encontrados, que o grupo empregador não fornecia água nos locais de trabalho



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO

para os 02 (dois) empregados que desenvolviam atividade de roço (Sr. [REDACTED] e confecção de cercas (Sr. [REDACTED]).

Referidas atividades demandam esforço reconhecidamente acentuado, sob sol forte, o que por sua vez, enseja uma grande perda hídrica por transpiração, necessitando de equivalente e significativa reposição. Como já esclarecido, os empregados que desenvolviam atividade de roço e confecção de cercas permaneciam entre as jornadas de trabalho em um alojamento próximo à sede.

De acordo com o relato destes empregados, eles chegavam a andar cerca de meia hora para chegarem à frente de trabalho, onde não havia disponibilidade de água própria para consumo humano. Os trabalhadores carregavam garrafas térmicas abastecidas no córrego localizado na proximidade do alojamento sem que a água passasse por qualquer processo de purificação ou filtragem.

Segundo relato do posseiro da terra, Sr. [REDACTED] de oitenta a cem cabeças de gado tinham acesso a este córrego, sendo que os animais se banhavam na represa e bebiam a mesma água utilizada pelos trabalhadores. Esta água estava, portanto, sujeita a contaminação ocasionada pela utilização do mesmo córrego pelo gado da fazenda e por outros animais silvestres. Note-se que a qualidade da água utilizada para consumo pelos trabalhadores era ainda comprometida pelo fato de os mesmos utilizarem o córrego para tomar banho, lavar roupa, lavar louça e para qualquer outra atividade que necessitasse de água, como a cocção dos alimentos.

De acordo com o empregado [REDACTED] a água era suja, tinha a cor amarela e um gosto ruim, com "polme", uma espécie de lodo, e não tinha como coar, pois os trabalhadores não possuíam coador. A água era retirada do córrego e armazenada em embalagens reaproveitadas.

A irregularidade acima descrita deu origem ao Auto de Infração n.º 02420334-3, anexado em cópia a este relatório.

H.6 Manter áreas de vivência que não possuam condições adequadas de conservação, asseio e higiene.

Constatamos que a edificação disponibilizada pelo empregador para pernoite dos dois trabalhadores ativados em serviços gerais estava inacabada e extremamente suja, apresentando-se imprópria para a permanência de pessoas. Tratava-se de um alojamento em construção onde encontramos telhas, tijolos e azulejos nas áreas externas e internas a serem colocados.

O chão da casa era ainda de terra batida, com apenas alguns locais com piso de cimento irregular, o que favorece o aumento da sujeira no ambiente, bem como a presença de insetos. Para evitarem a infestação de pulgas no ambiente, altamente danosas à saúde, os empregados faziam a "barragem", isto é, uma mistura de veneno com água que é borrifada no piso.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO

A construção estava com as paredes ainda na fase de reboco, existindo furos - permitindo a entrada de vento - nos quais os empregados amarravam arames para pendurar as roupas e sustentar as redes onde dormiam.

Havia um cômodo sem condições de uso, onde estava prevista a construção de um banheiro, em que se encontravam guardados materiais de construção, mantimentos, painéis e produto de limpeza. Isto obrigava os empregados a se dirigirem ao "mato" para fazer suas necessidades fisiológicas - na denominada "cagada sertaneja" segundo depoimento pessoal do próprio Sr. Éstrio - quando utilizavam papel jornal, folha de caderno, folhas de revista, embalagens de cimento e cal ou folhas de plantas para fazer a higiene.

A edificação tampouco possuía sistema de escoamento de águas pluviais. As janelas dos cômodos da edificação estavam sem vidro, restando apenas as esquadrias de metal das mesmas - muitas das quais não fechavam em razão da ferrugem - inadequadas para evitar a entrada de sujeira e para proteção contra intempéries. Não havia qualquer tipo de mobília como armários, mesas e cadeiras, restando apenas uma cama improvisada no nível do chão, com colchão em péssimas condições de conservação e sujo. Lixo composto de restos de comida e embalagens vazias acumulava-se sobre o mato que circundava a varanda utilizada para preparo de refeições - um efeito previsível da falta de depósito adequado para dispensa de lixo e de qualquer sistema de coleta ou processamento do mesmo. O estado de imundície do ambiente tornava-o impróprio para a permanência de pessoas.

Nenhuma providência tomava o grupo empregador em relação da limpeza da edificação disponibilizada a título de área de vivência para ser utilizada como alojamento, a despeito de sua obrigação legal de garantir boas condições de higiene no local. Poeira e sujeira, bem como a inexistência de condições básicas de saneamento, aliadas às más condições de vedação da casa e ao lixo, favoreciam a ocorrência de contaminações e acidentes de toda sorte.

A constatação da irregularidade acima mencionada ensejou a lavratura do Auto de Infração n.º 02420327-0, cuja cópia segue anexa.

H.7 Manter áreas de vivência que não possuam piso cimentado, de madeira ou de material equivalente.

Durante a inspeção na fazenda, verificamos que o alojamento ainda estava em construção com as paredes de alvenaria rebocadas, mas sem piso cimentado em todo o seu interior, instalações sanitárias e portas. O alojamento possuía dois quartos, um compartimento destinado ao futuro banheiro e um local improvisado para o preparo das refeições. Ao seu redor havia um alpendre, porém sem cobertura e de piso de terra batida.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO

No dia da verificação física, estavam permanecendo no alojamento o Sr. [REDACTED] e o Sr. [REDACTED]. De acordo com o relato do Sr. [REDACTED] como o piso era em sua maior parte de terra, havia muitas pulgas na edificação, e para matá-las era preciso borrifar, com bomba costal, um veneno chamado "barragem" em todo o alojamento. Segundo relatado, se não fizessem a aplicação, as pulgas se alojariam nos pés dos obreiros, colocando lavas que se alimentariam da carne dos trabalhadores, necrosando o tecido.

Na verdade, esse alojamento não detinha a menor condição de abrigar empregados, dada a precariedade de sua estrutura. Segundo o item 31.23.2 da Norma Regulamentar n.31(NR-31), todas as áreas de vivência devem observar os seguintes requisitos: a) condições adequadas de conservação, asseio e higiene; b) paredes de alvenaria, madeira ou material equivalente; c) piso cimentado, de madeira ou de material equivalente; d) cobertura que proteja contra as intempéries; e) iluminação e ventilação adequadas.

As condições de higiene do alojamento eram ruins, pois o piso era de terra e não havia local adequado para o preparo dos alimentos. As paredes eram de alvenaria, mas não existiam portas, e o frio maltratava os empregados à noite, sendo a ventilação excessiva no período noturno por inexistir vedação adequada, ainda que ao longo do dia o calor fosse exorbitante por não haver ventiladores.

Vale ressaltar que o piso de terra batida imprimia uma pena ainda maior aos alojados, em virtude de serem obrigados a conviver com as pulgas ou com o veneno utilizado para exterminar esses insetos.

Em face da situação ora relatada, foi lavrado o Auto de Infração n.º 02420329-7, anexado em cópia ao relatório.

H.8 Disponibilizar camas no alojamento em desacordo com o disposto na NR-31.

Durante a inspeção no alojamento ainda em construção da fazenda, verificamos que os dois trabalhadores encontrados dormiam de rede própria, ou seja, não fornecida pelo fazendeiro. Além deles, conforme informado, havia um casal de trabalhadores que havia se alojado no local, mas que tinha deixado o trabalho na fazenda.

O casal dormia num colchão imundo que estava sobre palhas de capim seco e emoldurado por tábuas de madeira. Havia roupa de cama e um cobertor, mas em condições higiênicas precaríssimas. Vale lembrar que o piso era de chão de terra batida e havia pulgas, mas mesmo assim, não havia estrutura para erguer a cama. O colchão estava assentado sobre uma fina camada de palhas de capim seco. Como a cama era usada pelo casal que foi embora no dia anterior à fiscalização e não foi encontrado, ela voltou a ser utilizada pelo trabalhador rural Raimundo dos Santos, pois, segundo seu relato, "é melhor dormir de cama".



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO

A irregularidade foi objeto do Auto de Infração n.º 02420330-0, anexado em cópia ao relatório.

H.9 Deixar de disponibilizar instalações sanitárias aos trabalhadores.

O grupo empregador deixou de disponibilizar instalações sanitárias aos 04 (quatro) trabalhadores em atividades ligadas ao roço de pasto, confecção de cercas e vaquejamento. Simplesmente não havia instalações sanitárias na fazenda.

Os empregados que permaneciam na sede da fazenda tomavam banho a céu aberto, em um pequeno espaço sem cobertura, forrado com piso de madeira, cercado apenas parcialmente por tábuas e por um pano branco. Não havia chuveiro. De uma torneira plástica vinha a água que era depositada em um balde. No compartimento não havia lavatório nem vaso sanitário. Tampouco havia ligação com sistema de esgoto, fossa séptica ou sistema equivalente.

Os vaqueiros e suas famílias satisfaziam suas necessidades fisiológicas no meio do mato, sem privacidade, expostos ao ataque de animais peçonhentos e a intempéries. Não havia fornecimento de papel higiênico.

No alojamento em que estavam os empregados ativados em serviços gerais, ainda em construção, havia o espaço para um futuro banheiro a ser erigido, mas sem vaso, chuveiro, revestimento nas paredes, lavatório. Enfim, inexistia até o momento da inspeção a instalação sanitária. Os empregados utilizavam o córrego próximo do alojamento para tomar banho e realizar a higiene pessoal, fazendo as necessidades fisiológicas de excreção no meio do mato. O mesmo córrego era utilizado também pelo gado da fazenda, que ali transitava livremente. Também não havia fornecimento de papel higiênico aos trabalhadores alojados, que se limpavam com folhas de caderno, pedaços de papelão ou com a vegetação.

O item 31.23.3.2 da Norma Regulamentadora 31 determina os requisitos para as instalações sanitárias, quais sejam: a) ter portas de acesso que impeçam o devassamento e ser construídas de modo a manter o resguardo conveniente; b) ser separadas por sexo; c) estar situadas em locais de fácil e seguro acesso; d) dispor de água limpa e papel higiênico; e) estar ligadas a sistema de esgoto, fossa séptica ou sistema equivalente; f) possuir recipiente para coleta de lixo.

Conforme foi constatado, não existiam para os trabalhadores instalações sanitárias, muito menos de acordo com o disposto na norma. A inexistência de lavatório prejudicava a descontaminação das mãos após a evacuação, uma medida que previne infecção por agentes patogênicos presentes nas fezes humanas.

A irregularidade acima descrita deu origem ao Auto de Infração n.º 02420335-1, anexado em cópia a este relatório.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO

H.10 Deixar de disponibilizar lavanderia aos trabalhadores.

Os empregados da fazenda Água Limpa não dispunham de lavanderia para lavar as roupas. Os dois trabalhadores que estavam no alojamento lavavam as roupas em um córrego próximo do alojamento, onde, insistia-se, não só lavavam suas roupas e tomavam banho, mas consumiam água para beber e utilizavam para as demais necessidades de higiene. Depois de lavadas, as roupas eram estendidas nas cercas para secarem. Desta feita, o córrego era utilizado para tomar banho e como lavanderia improvisada em total afronta ao item 31.23.1 da Norma Regulamentar n.31(NR-31), que prevê que o empregador rural deve disponibilizar as seguintes áreas de vivência: a) instalações sanitárias; b) locais para refeição; c) alojamentos, quando houver permanência de trabalhadores no estabelecimento nos períodos entre as jornadas de trabalho; d) local adequado para preparo de alimentos e e) lavanderias.

Em razão da ausência de lavanderia foi lavrado o Auto de Infração n.º 02420336-0, anexado em cópia ao relatório.

H.11 Manter moradia coletiva de famílias.

Havia na fazenda moradia coletiva de famílias. O vaqueiro [REDACTED] dormia na sede da fazenda em um quarto com a sua esposa, a Sra. [REDACTED] e com duas filhas, [REDACTED] de 1(um) ano, e [REDACTED] de 4(quatro) anos. Na mesma casa, num cômodo ao lado da família citada, pernoitavam o vaqueiro [REDACTED], sua esposa e filha, recém-chegados na fazenda.

Além disso, o Sr. [REDACTED] posseiro da fazenda, pernoitava na sede da fazenda quando lá permanecia por longos períodos, utilizando o quarto onde o Sr. [REDACTED] e sua família estavam passando a noite. A casa sede era composta por dois quartos e uma varanda, sem instalação sanitária. O espaço descrito, utilizado como moradia, contraria o item 31.23.11.3 da Norma Regulamentadora 31, que preceitua que é vedada, em qualquer hipótese, a moradia coletiva de famílias.

A irregularidade acima descrita deu origem ao Auto de Infração n.º 02420337-8, anexado em cópia ao presente relatório.

H.12 Disponibilizar alojamento que não tenha portas e janelas capazes de oferecer boas condições de vedação e segurança.



**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO**

O grupo empregador disponibilizou a 02 (dois) trabalhadores que permaneciam na fazenda alojamento que não possuía portas e cuja janela da sala não detinha vidraça nem oferecia boa vedação.

As duas passagens que permitiam o acesso ao interior da edificação na qual estavam contidos os cômodos em que os trabalhadores pernoitavam – e que, portanto, serviam de alojamento para eles –, não possuíam porta para vedação. Desta forma, não era possível aos trabalhadores trancar a edificação contra o acesso de estranhos nos momentos em que se ausentavam do local ou mesmo quando lá permaneciam. A janela do cômodo que seria futuramente uma sala, e que serve de quarto para um trabalhador, não fecha, permanecendo aberta durante o dia e a noite.

A irregularidade acima determinou a lavratura do Auto de Infração n.º 02420338-6, anexado em cópia a este relatório.

H.13 Deixar de dotar o alojamento de armários individuais para guarda de objetos pessoais.

Os trabalhadores que pernoitavam no alojamento não dispunham de armários individuais para a guarda de suas roupas e objetos pessoais, apesar da sujidade que a atividade rural impõe.

As roupas e pertences dos trabalhadores ficavam pendurados em varais improvisados colocados dentro do próprio alojamento, sobre tábuas apoiadas em tijolos, pendurados na parede ou ainda espalhados no chão. Esta disposição, além de dificultar a manutenção de organização e higiene dentro do alojamento, expunha as roupas dos trabalhadores à incursão e permanência de pequenos animais peçonhentos- como aranhas, por exemplo -, e à sujeira.

A irregularidade acima descrita deu origem ao Auto de Infração n.º 02420339-4, anexado a este relatório.

H.14 Deixar de disponibilizar locais para refeição aos trabalhadores.

O grupo empregador deixou de disponibilizar locais para refeição a 02 (dois) trabalhadores em atividades relacionadas ao roço de pasto e confecção de cercas, os Srs. [REDACTED] alojados na fazenda.

Os trabalhadores permaneciam na fazenda entre as jornadas de trabalho em um alojamento ainda em construção. Não foi disponibilizada para estes trabalhadores nenhuma área de vivência onde pudessem realizar com conforto e higiene as atividades relativas à subsistência, como preparar e consumir alimentos.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO

A inexistência de proteção contra o acesso de animais, pessoas e intempéries tornavam precária a higiene do ambiente, já que não havia porta para impedir tal acesso. Não havia mesas ou cadeiras para a tomada de refeições em nenhum dos cômodos do alojamento ou fora dele.

Durante as refeições, segundo relato dos trabalhadores, os mesmos se sentavam em tocos de madeira, em tábuas apoiadas sobre tijolos ou em pé e comiam com os vasilhames nas mãos. O local não dispunha de depósitos de lixo.

Não havia, na área do alojamento ou à sua volta, local algum para tomada das refeições que se aproximasse dos requisitos previstos na NR-31, a saber: boas condições de higiene e conforto; capacidade para atender aos trabalhadores; mesas com tampos lisos e laváveis; assentos em número suficiente; e depósitos de lixo, com tampas

A irregularidade acima descrita ensejou a lavratura do Auto de Infração n.º 02420340-8, anexado ao presente relatório.

H.15 Deixar de disponibilizar local adequado para preparo de alimentos aos trabalhadores.

O grupo empregador deixou de disponibilizar local adequado para preparação de alimentos aos trabalhadores alojados, descumprindo por completo o regulamento normativo, não atendendo aos requisitos básicos, como boas condições de higiene e conforto, fornecimento de água limpa para higienização e depósito de lixo. Os trabalhadores que permaneciam no alojamento preparavam suas refeições em fogão improvisado com tijolos e uma chapa metálica na área externa da edificação, ao ar livre, possuindo apenas uma cobertura de lona.

Os utensílios utilizados no preparo das refeições eram lavados no córrego localizado próximo ao alojamento, onde bovinos e outros animais também se serviam da água.

A manipulação dos alimentos era feita precariamente e de forma improvisada, ao lado do fogareiro ou em tábua apoiada sobre cavaletes no interior da edificação, onde ficavam também os utensílios da cozinha e alguns víveres consumidos, que eram armazenados em um pequeno cômodo em frente ao banheiro em construção.

A água utilizada para a higienização dos alimentos era a mesma coletada do córrego e armazenada em recipientes plásticos reaproveitados, sem as mínimas condições de higiene, e era também utilizada para a cocção dos alimentos, sem passar por processo de purificação ou filtragem. O lixo gerado era desprezado na área à volta da edificação onde dormiam esses trabalhadores. Os utensílios da cozinha ficavam armazenados em um cômodo que não



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO

possuía porta. Não havia instalações sanitárias exclusivas para quem preparava os alimentos, tampouco lavatório.

A ausência de condições adequadas e higiênicas para o preparo, guarda e conservação de alimentos no local de trabalho favorece a sua contaminação, cujo consumo, então, pode desencadear diversas doenças e causar sérios agravos à saúde, razão pela qual foi lavrado o Auto de Infração n.º 02420341-6, anexado em cópia a presente relatório.

I. DAS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PELO GEFM

Em 04/08/2011, no período da tarde, a equipe do GEFM chegou à fazenda Água Limpa. O primeiro local inspecionado foi a sede da fazenda e a moradia em que se encontravam instaladas as duas famílias dos vaqueiros [REDACTED]

Após entrevistas com os vaqueiros e suas esposas e vistoria preliminar das condições de habitação e contratação dos empregados, a equipe seguiu para o alojamento onde se encontravam os trabalhadores em serviços gerais [REDACTED]

Em ambos os locais foram verificadas condições de vida, como locais usados para pernoite, preparo e tomada de refeições, consumo de água, condições de higiene, presença ou não de instalações sanitárias, entre outras. Também foram apuradas as condições de trabalho e a presença ou não de medidas de segurança e proteção à saúde dos empregados.

As constatações do GEFM, que levaram à conclusão da submissão dos trabalhadores a condições degradantes de trabalho e vida, já foram detalhadas no item "DAS CONDIÇÕES ENCONTRADAS", ao qual nos reportamos por brevidade.

Após as verificações físicas, foram colhidos e reduzidos a termo os depoimentos dos Srs. [REDACTED] atividade que se estendeu do final da tarde até a noite.

Os empregados informaram que tinham sido contratados pelo Sr. [REDACTED] chamado de patrão, que, no entanto, não se encontrava no local, pois teria se dirigido a outro município para atender a um procedimento de fiscalização do IBAMA.

Informaram ainda que eram criadas no estabelecimento cabeças de gado de mais dois pecuaristas, os senhores depois posteriormente identificados como [REDACTED] já qualificados nos itens "IDENTIFICAÇÃO DO EMPREGADOR" e "DO GRUPO ECONÔMICO E DA ATIVIDADE EXPLORADA" deste relatório.

Foi encontrado no estabelecimento registro de compra de material, mais especificamente sal para o gado, em nome do Sr. [REDACTED] no qual constavam seus dados pessoais e telefones para contato – [REDACTED]. Já os



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO

telefones para contato com o Sr. [REDACTED] - [REDACTED]
[REDACTED] - foram fornecidos pelos próprios obreiros.

Quanto ao Sr. [REDACTED] conhecido como [REDACTED], os empregados disseram não conhecê-lo pessoalmente nem dispor de dados para contato. No entanto, informaram que este senhor residiria na cidade de Redenção/PA, sendo dono de um comércio de ferragens e ferramentas agropecuárias, conhecido na região, o "DK", situado na Av. Brasil, junto ao Posto do MTE com entrada pela rua atrás, uma paralela, em vista da existência de obra de ampliação.

Ao final da inspeção, os quatro trabalhadores foram cientificados da conclusão do GEFM a respeito da condição de degradação em que foram encontrados, da ocorrência de falta grave do empregador e da necessidade de sua retirada do estabelecimento. A eles foi esclarecido que teriam início negociações com o patrão para a regularização da situação trabalhista de cada um, bem como para o pagamento de todos os salários em atraso e das verbas resolutórias. O GEFM informou ainda que acompanharia todo o processo de retirada da fazenda, que deveria ocorrer sob a responsabilidade do empregador, deixando o telefone de contato dos coordenadores para que os trabalhadores ligassem no caso de qualquer dificuldade.

No dia seguinte pela manhã foram feitos os contatos telefônicos com os Srs. [REDACTED], bem como diligência na loja de materiais "DK", em Redenção, para localização do Sr. [REDACTED]

Tendo em vista que os Srs. [REDACTED] não se encontravam no município de Redenção, bem como os problemas de saúde do Sr. [REDACTED], alegados pelos seus representantes encontrados na loja "DK", foi marcado um encontro para o próximo dia na Agência Regional do Ministério do Trabalho e Emprego em Redenção.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO



Ampliação da Comercial DK em Redenção.

Em 6/8/2011 foram colhidos os depoimentos (conforme termos anexos ao relatório) do Srs. [REDAZIDO] filho e preposto legalmente constituído por instrumento de mandato do Sr. [REDAZIDO] sendo que este último encontrava-se assistido por advogado. O Sr. [REDAZIDO] mesmo após novas tentativas de contato, não compareceu ao local, e passou a não mais atender as ligações efetuadas pelo grupo de fiscalização.

No período da tarde, foi realizada reunião (conforme ata de reunião anexada a este relatório) com os dois pecuaristas que se apresentaram ao GEFM, na qual foram expostos, em suma: a conclusão por parte do Ministério do Trabalho e Emprego e do Ministério Público do Trabalho de existência de grupo econômico entre os três pecuaristas que realizavam a exploração da fazenda Água Limpa; a necessidade, quanto aos trabalhadores, de sua retirada da fazenda, regularização dos contratos de trabalho (com procedimentos como registro em livro da empresa, anotação das Carteiras de Trabalho) e realização das medidas destinadas a efetivar a rescisão contratual e o pagamento das diferenças salariais e verbas rescisórias devidas aos empregados.

Foram entregues aos Srs. [REDAZIDO] planilhas de cálculos com a discriminação dos valores que, conforme dados da auditoria realizada até aquele momento, eram devidos aos trabalhadores, tanto a título de verbas salariais ainda não quitadas quanto a título de verbas rescisórias. Ressalvou-se, entretanto, que, no caso de detecção de algum equívoco nos valores indicados, o grupo empregador



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO

o apontasse e demonstrasse, de modo fundamentado, a inexistência do débito ou a sua quitação.

Embora o Sr. [REDACTED] tenha se prontificado a tomar a frente para a resolução das pendências expostas, foi frisado pelo GEFM que a responsabilidade dos três pecuaristas sobre as irregularidades constatadas na fazenda detinha natureza solidária.

No dia seguinte o Sr. [REDACTED] providenciou a retirada dos trabalhadores que se encontravam na fazenda Água Limpa, com o acompanhamento de representantes do GEFM.

Foi dado prazo até quarta-feira, 10/08/2011, para que o Sr. [REDACTED] levantasse os recursos necessários para o pagamento dos empregados, bem como providenciasse a regularização de seus contratos de trabalho. Neste dia, portanto, foram formalizadas as rescisões contratuais dos quatro obreiros resgatados, com a quitação das verbas a eles devidas, assim como emitidas as guias de seguro desemprego para trabalhadores resgatados. No verso das rescisões foi feita a ressalva no que pertine à titularidade da relação de emprego, formalizada com o Sr. Éstrio que assumiu o ônus do pagamento, conquanto a instrumentalização dos autos com a caracterização das infrações tenha apontado em cabeçalho o Sr. [REDACTED] pelos motivos explicitados no corpo do auto de infração capitulado no Art. 41 da CLT.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO



Sr. [REDAZIDA], à esquerda, no momento do pagamento dos obreiros.

Registre-se ainda que a ressalva no verso dos termos rescisórios se reporta à forma de ruptura do contrato que ocorreu na modalidade de falta grave, e não do modo inicialmente apontado, isto é, demissão sem justa causa (código 01).

Foi expedida a título precário Carteira de Trabalho e Previdência Social para o Sr. [REDAZIDA] uma vez que este senhor não dispunha de nenhum documento de identificação civil.

Realizamos as anotações pertinentes no livro de inspeção do trabalho, bem como notificamos o empregador para regularizar os diversos itens de saúde, segurança e meio ambiente do trabalho que estavam em desconformidade com os preceitos normativos aplicáveis (conforme termo de notificação anexo, de N. 351555/001/2011)

Foi firmado Termo Compromisso de Ajuste de Conduta entre o representante do Ministério Público do Trabalho e o Sr. [REDAZIDA] no qual, além de uma série de cláusulas obrigacionais, foi estabelecido o pagamento de dano moral individual aos obreiros, cuja quitação se deu na mesma oportunidade do pagamento das verbas rescisórias.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO

Os trabalhadores foram orientados sobre os procedimentos e prazos relativos ao saque do Seguro-Desemprego e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, sobre a necessidade de providenciar documentos pessoais, bem quanto às suas obrigações e direitos como cidadãos e trabalhadores, em especial os que visam à garantia da saúde e segurança; e sobre os riscos do aliciamento.

No dia seguinte, 11/08/2011 foram entregues ao advogado do Sr. [REDACTED] Dr. [REDACTED] os Autos de Infração lavrados (cópias em anexo).

J. CONCLUSÃO

São fundamentos da República Federativa do Brasil a dignidade de pessoa humana e os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.

Como objetivos fundamentais dessa república elegeu a constituição cidadã de 1988 a construção de uma sociedade livre, justa e solidária; a erradicação da pobreza e da marginalização e a redução das desigualdades sociais e regionais; bem como a promoção do bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

A Constituição Federal garante a todos os cidadãos brasileiros direitos iguais sem distinção de qualquer natureza, mormente o direito à vida e à liberdade. Garante, mais, que ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante.

A Carta Magna dispõe também que a ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observadas a **função social da propriedade, a redução das desigualdades regionais e sociais e a busca do pleno emprego.**

Ainda, prevê o texto constitucional que a função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos: **observância das disposições que regulam as relações de trabalho; exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.**

Mais, assegura no Artigo 225 que **"Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações."**



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO

No dizer do emérito Professor Doutor Maurício Godinho Delgado²:
“Sabidamente, detectou a Constituição que o trabalho, em especial o regulado, assecuratório de certo patamar de garantias ao obreiro, é o mais importante veículo (senão o único) de afirmação comunitária da grande maioria dos seres humanos que compõem a atual sociedade capitalista, sendo, desse modo, um dos mais relevantes (senão o maior deles) instrumentos de afirmação da Democracia na vida social.

À medida que Democracia consiste na atribuição de poder também a quem é destituído de riqueza — ao contrário das sociedades estritamente excludentes de antes do século XIX, na História —, o trabalho assume o caráter de ser o mais relevante meio garantidor de um mínimo de poder social à grande massa da população, que é destituída de riqueza e de outros meios lícitos de seu alcance. Percebeu, desse modo, com sabedoria a Constituição a falácia de instituir a Democracia sem um corresponde sistema econômico-social valorizador do trabalho humano.

A valorização do trabalho está repetidamente enfatizada pela Carta Constitucional de 1988. Desde seu “Preâmbulo” esta afirmação desponta. Demarca-se, de modo irreversível, no anúncio dos “Princípios Fundamentais” da República Federativa do Brasil e da própria Constituição (Título I). Especifica-se, de maneira didática, ao tratar dos “direitos sociais” (arts. 6º e 7º) — quem sabe para repelir a tendência abstracionista e excludente da cultura juspolítica do país. Concretiza-se, por fim, no plano da Economia e da Sociedade, ao buscar reger a “Ordem Econômica e Financeira” (Título VII), com seus “Princípios Gerais da Atividade Econômica” (art. 170), ao lado da “Ordem Social” (Título VIII) e sua “Disposição Geral” (art. 193).

A Constituição não quer deixar dúvidas, pois conhece há séculos os olhos e ouvidos excludentes das elites políticas, econômicas e sociais brasileiras: o trabalho traduz-se em princípio, fundamento, valor e direito social”.

Em face de tais disposições cogentes contrapõem-se as condições a que estavam sujeitos os quatro trabalhadores em atividades de vaqueiro, roço de pasto e acero de cerca encontrados na fazenda Água Limpa, já descritas detalhadamente no presente relatório.

Houve completo desrespeito do grupo empregador à letra e ao espírito dos preceitos constitucionais mencionados, que se estendeu à desobediência da legislação trabalhista infraconstitucional e aos tratados e convenções internacionais ratificados pelo Brasil, a saber: as Convenções da OIT n.º 29 (Decreto n.º 41.721/1957) e 105 (Decreto n.º 58.822/1966); 110 e 111, a Convenção sobre Escravidão de 1926 (Decreto n.º 58.563/1966) e a Convenção Americana sobre

² DELGADO, Maurício Godinho. Direitos fundamentais na relação de trabalho. Revista do MPT, nº 31, Ano 2006, págs. 20 a 46. Material da 1ª aula da Disciplina Atualidades em Direito do Trabalho, ministrada no Curso de Pós-Graduação Lato Sensu TeleVirtual em Direito e Processo do Trabalho – Anhanguera-UNIDERP | REDE LFG.



**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO**

Direitos Humanos (Pacto de San Jose da Costa Rica - Decreto n.º 678/1992), os quais têm força cogente própria das leis ordinárias.

De se ressaltar que, em consonância com as disposições constitucionais, a Norma Regulamentadora do trabalho rural, exarada pelo Ministério do Trabalho e Emprego encerra arquétipos mínimos de saúde e segurança no meio ambiente de trabalho, sem atenção aos quais toma forma e corpo a degradação.

Por conseguinte, suficientemente objetiva a caracterização da degradação em todos os seus âmbitos, já que, uma vez sujeitos os trabalhadores à situação ora relatada, eles têm destituída, ignominiosamente, sua dignidade e aviltada sua característica essencial de ser humano.

Contrariamente ao disposto na lei fundamental do Estado brasileiro, e consoante demonstrado neste relatório, o grupo empregador, explorador da terra, no que tange aos mencionados obreiros, ignora a valorização do trabalho humano e nega aos trabalhadores sob sua responsabilidade a existência digna; respectivamente o fundamento e o fim da ordem econômica.

Também patente a inobservância da função social da propriedade e, claro, da possibilidade de redução das desigualdades sociais, já que realçadas pelo empregador na sujeição dos trabalhadores a condições degradantes.

O grupo empregador, com a conduta verificada pela equipe fiscal, não oferece a contrapartida esperada na geração de emprego de qualidade e distribuição de renda, na medida em que, como referido, submete os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, instalando-os em ambientes totalmente impróprios ao ser humano e não os remunerando de forma adequada; não fornecendo condições de alimentação condizentes e, pior, não oferecendo água potável em abundância e em boas condições de higiene para trabalhadores em atividade que necessita reposição hídrica sistemática, especialmente a se considerar o clima da região.

Saliente-se, mais uma vez, que a sujeição dos trabalhadores a condições degradantes compromete não só a sua saúde e segurança, mas também, e não com menor significância, sua própria dignidade, aviltada pelo tratamento desumano a eles dispensado sob a escusa de reprodução de costumes. Inescusável, no entanto, atribuir a costumes ou regionalismos conduta típica e ilícita não dispensada nem mesmo a animais que, na propriedade em análise, recebem tratamento menos indigno que os trabalhadores encontrados em atividade, visto que além de dividir com os trabalhadores os córregos de onde consomem água, dispõem, pelo menos, de vacinas, medicamentos. Preocupações que não se verificaram em relação aos obreiros, que não contavam com local adequado onde pudessem tomar as refeições e não haviam sido submetidos a exames de saúde ocupacional.

Por esta forma, a exploração da terra, longe de favorecer o bem-estar dos trabalhadores, promove o enriquecimento ilícito do grupo empregador em detrimento dos direitos fundamentais dos obreiros sob sua responsabilidade. Não



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO

há dúvida de que reduzem os tomadores dos serviços, assim, de forma significativa, seus custos com a contratação de mão-de-obra.

Tampouco é possível ignorar as normas internacionais que preconizam a obrigatoriedade de preservação dos direitos humanos, mormente daqueles dos trabalhadores. Aliado ao desrespeito à integridade, à saúde, às condições de trabalho e à vida dos trabalhadores, o grupo empregador em questão, ao infringir o disposto nos tratados e convenções ratificados pelo Brasil, desrespeita a própria imagem do país diante da comunidade internacional.

Verifica-se também, em face da situação ora descrita, que a conduta do empregador frustra direitos assegurados por lei trabalhista, a exemplo do direito à percepção de salário, que na fazenda em comento não era pago conforme os ditames e repercussões legais.

Em contraponto ao ora relatado é elucidativa a lição do Procurador do Trabalho Ronaldo Lima dos Santos que enuncia, a respeito a figura do trabalho análogo ao de escravo, que³:

"Várias são as normas, de proteção ao trabalho, violadas pelas práticas acima enunciadas. O pagamento ao empregado, quando feito, o é com drástica redução, em virtude dos descontos pelo fornecimento de instrumentos de trabalho, moradia e gêneros alimentícios; isto, quando ele não é direcionado diretamente para os donos de pensões para pagamento da estada dos trabalhadores no período de entressafras, de modo que nada, ou quase nada, sobra, verdadeiramente, ao empregado.

Tais procedimentos ferem os princípios da pessoalidade do salário (art. 464 da CLT), da intangibilidade do salário (art. 462, caput, da CLT), da irredutibilidade do salário (art. 7º, inciso VI, da Constituição Federal) e, principalmente, a vedação à prática do truck system (§§ 2º e 3º do art. 462 da CLT) e a determinação do pagamento da prestação em espécie do salário em moeda corrente do país (art. 463 da CLT).

No caso específico da escravização no meio rural, há ainda violação aos dispositivos da Lei n. 5.889, de 8.6.1973, que estatui normas reguladoras do trabalho rural, que, mutatis mutandis, consagra os mesmos princípios da legislação consolidada. Tem sido comum, proprietários rurais, camuflarem o regime de trabalho forçado ou de redução à condição análoga a de escravo com a figura do arrendamento. Esta dissimulação possui uma justificativa

³ SANTOS, Ronaldo Lima dos. A escravidão por dívidas nas Relações de Trabalho no Brasil Contemporâneo, Rev. MPT — BRASÍLIA, ANO XIII — Nº 26 — SETEMBRO 2003, pág 47, Material da 6ª aula da Disciplina Direitos Fundamentais e Tutela do Empregado, ministrada no Curso de Pós-Graduação Lato Sensu TeleVirtual em Direito e Processo do Trabalho — UNIDERP/REDE LFG.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO

histórica, pois o arrendamento, juridicamente previsto em nosso ordenamento, é a forma contratual que mais se aproxima do regime de servidão, sendo exatamente o regime de trabalho que passou a ser imposto aos servos da gleba no início da decadência desse regime.

Além das normas trabalhistas infringidas, as condutas descritas tipificam os crimes definidos no Código Penal, em seus arts. 149 (redução de alguém à condição análoga à de escravo); 203 (frustração de direitos trabalhistas mediante fraude ou violência); 132, parágrafo único (exposição da vida ou da saúde de outrem a perigo direto e iminente decorrente do transporte em condições ilegais); e 207 (aliciamento de trabalhadores, com o fim de levá-los de uma para outra localidade do território nacional).

Essa famigerada prática também afronta os preceitos da Convenção n. 95, da OIT, sobre proteção ao salário, de 1949, aprovada no Brasil, por meio do Decreto Legislativo n. 24, de 29.5.1996.”.

Constatou-se na ação de fiscalização a submissão dos quatro trabalhadores da fazenda Água Limpa a circunstâncias de vida e trabalho que aviltam a dignidade humana, caracterizando condições absolutamente degradantes, configurando, portanto, o conceito de trabalho análogo ao de escravo, conforme previsto no art. 2º-C da Lei 7998/90, que determina o resgate dos trabalhadores encontrados nesta situação em decorrência de ação de fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego.

No texto “Trabalho com Redução do Homem à Condição Análoga à de Escravo e Dignidade da Pessoa Humana”⁴, o Procurador Regional do Trabalho da PRT/8ª Região, Dr. José Claudio Monteiro de Brito Filho define trabalho em condições análogas à condição de escravo como:

“o exercício do trabalho humano em que há restrição, em qualquer forma, à liberdade do trabalhador, e/ou quando não são respeitados os direitos mínimos para o resguardo da dignidade do trabalhador”.

Ainda, aduz que o que se faz, no trabalho em condições degradantes:

“é negar ao homem direitos básicos que o distinguem dos demais seres vivos; o que se faz é coisificá-lo; dar-lhe preço, e o menor possível”.

Afirma, mais, que na atual consideração sobre a redução do homem à condição análoga à de escravo não é a liberdade o maior fundamento violado, mas a condição humana do trabalhador. No trabalho degradante, ainda que não se faça

⁴ Estudo que pretende indicar a dignidade da pessoa humana como fundamento maior da proibição do trabalho em que há a redução do homem à condição análoga à de escravo, à luz da alteração do artigo 149 do Código Penal Brasileiro pela Lei nº 10.803, de 7.12.2003.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO

presente a restrição da liberdade, o homem é tratado como coisa; tem desconsiderada sua condição humana e é encarado como mais um bem necessário à produção.

Assim, é a dignidade humana, ainda conforme o Dr. José Claudio Monteiro de Brito Filho:

"o fundamento maior, então, para a proibição do trabalho em que há a redução do homem à condição análoga à de escravo.

Assim deve ser visto, hoje, o crime de redução à condição análoga à de escravo, até no caso do trabalho em condições degradantes.

É preciso, pois, alterar a definição anterior, fundada na liberdade, pois tal definição foi ampliada, sendo seu pressuposto hoje a dignidade".

Não há como discordar do douto Procurador quando, conseqüentemente, preconiza que:

"Não aceitar essa mudança, salutar e avançada, da legislação brasileira, é ficar preso a dogmas ultrapassados. Não aceitar a mudança é querer negar que o homem tem sua dignidade ferida no mais alto grau não só quando sua liberdade é cerceada, mas também quando sua condição de homem é esquecida, como na hipótese do trabalho em condições degradantes.

Ora, não há justificativa suficiente para não aceitar que, tanto o trabalho sem liberdade como o em condições degradantes são intoleráveis se impostos a qualquer ser humano. É preciso aceitar que, usando uma palavra hoje comum, o "paradigma" para a aferição mudou; deixou de ser apenas o trabalho livre, passando a ser o trabalho digno.

Não há sentido, então, na tentativa que se vem fazendo de descaracterizar o trabalho em condições degradantes, como se este não pudesse ser indicado como espécie de "trabalho escravo".

Na verdade, reproduzir essa idéia é dar razão para quem não tem, no caso para aqueles que se servem do ser humano sem qualquer respeito às suas necessidades mínimas, acreditando que este é o país da impunidade e da desigualdade."

Permitir que os exploradores da terra utilizem a degradação das condições de trabalho e a violação da dignidade de trabalhadores como facilidade para verem suas atividades econômicas valorizadas a custos ínfimos, é conduta com que os entes públicos e a sociedade civil não podem compactuar.



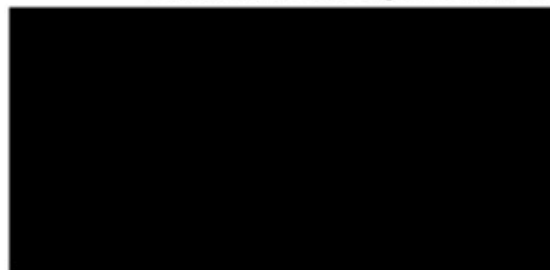
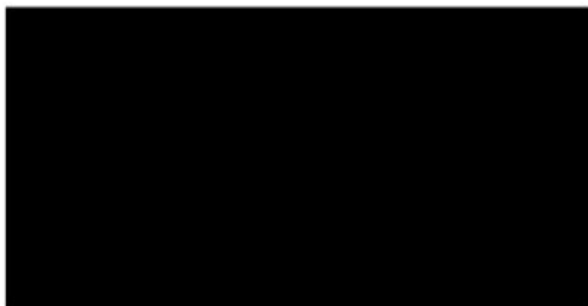
**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO**

Assim, o conjunto de ilícitos relatados deve encontrar capitulação nos respectivos dispositivos legais, a fim de que sejam coibidas as práticas a eles relacionadas.

O poder público não pode se esquivar de sua responsabilidade em relação ao combate do quadro descrito. Desta forma, providências devem ser adotadas a fim de que não se verifique mais tal situação.

Em face do exposto, sugere-se o encaminhamento do presente relatório ao Ministério Público do Trabalho, Ministério Público Federal, Polícia Federal, INCRA, IBAMA e Receita Federal do Brasil para providências cabíveis.

Brasília, 18 de agosto de 2010.



FIM